

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Gabinete Técnico Florestal

Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios 2013/2017

CADERNO II
Plano de Ação



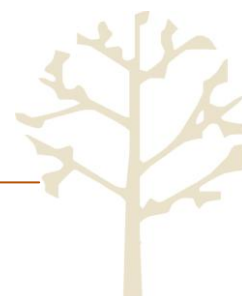
Oleiros, Dezembro 2012

Índice Geral

Índice de Mapas	3
Índice de Quadros	3
Índice de Figuras	4
Índice de Gráficos	4

INTRODUÇÃO.....	5
1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	7
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	16
2.1 Modelos de combustíveis florestais.....	16
2.2 Cartografia de risco.....	17
2.3 Prioridades de defesa.....	22
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	22
3.1 1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.....	33
3.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	34
3.1.1.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC). ..	34
3.1.1.2 Rede Viária Florestal.....	36
3.1.1.3 Rede de Pontos de Água.....	38
3.1.1.4 Silvicultura no âmbito da DFCL.....	40
3.1.2 Planeamento das Ações Referentes ao 1º Eixo Estratégico.....	40
3.1.2.1 Rede de FGC e MPGC.....	43
3.1.2.2 Rede Viária Florestal.....	44
3.1.2.3 Rede de Pontos de Água.....	44
3.1.2.4 Metas e Indicadores.....	46
3.1.2.5 Orçamento e Responsáveis.....	47

3.2 2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios.....	48
3.2.1 Avaliação.....	49
3.2.2 Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo Estratégico.....	51
3.2.2.1 Sensibilização.....	51
3.2.2.2 Fiscalização.....	65
3.3 3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	68
3.3.1 Avaliação.....	69
3.3.1.1 Vigilância e deteção.....	69
3.3.1.2 1ª Intervenção.....	70
3.3.1.3 Rescaldo e vigilância pós-incêndio.....	71
3.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º Eixo Estratégico.....	71
3.3.2.1 Metas e indicadores.....	71
3.3.2.2 Orçamento e responsáveis.....	73
3.4 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas.....	74
3.4.1 Avaliação.....	75
3.4.1.1 Estabilização de emergência.....	75
3.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e <i>habitats</i> florestais.....	75
3.4.2 Planificação de ações referentes ao 4º Eixo Estratégico.....	75
3.5 5º Eixo Estratégico – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	75
3.5.1 Avaliação.....	76
3.5.1.1 Formação.....	76
3.5.2 Planificação de ações referentes ao 5º Eixo Estratégico.....	77
3.5.2.1 Organização do SDFCI.....	77
4. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI..	79
5. MAPAS.....	80

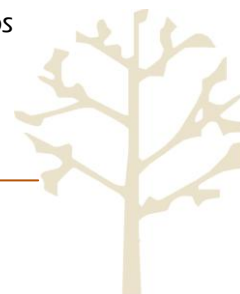


Índice de Mapas

- Mapa 1 – Combustíveis florestais do concelho de Oleiros.
- Mapa 2 – Perigosidade de incêndio florestal do concelho de Oleiros.
- Mapa 3 – Risco de incêndio florestal do concelho de Oleiros.
- Mapa 4 – Prioridades de defesa do concelho de Oleiros.
- Mapa 5 – Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis do concelho de Oleiros.
- Mapa 6 – Rede Viária Florestal do concelho de Oleiros.
- Mapa 7 – Rede de Pontos de Água do concelho de Oleiros.
- Mapa 8 – Silvicultura no âmbito da DFCI do concelho de Oleiros.
- Mapa 9 – Construção e Manutenção da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2013).
- Mapa 10 – Construção e Manutenção da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2014).
- Mapa 11 – Construção e Manutenção da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2015).
- Mapa 12 – Construção e Manutenção da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2016).
- Mapa 13 – Construção e Manutenção da Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA (2017).
- Mapa 14 – Intervisibilidades do concelho de Oleiros
- Mapa 15 – Potencial tempo de chegada para a 1ª intervenção na fase Charlie

Índice de Quadros

- Quadro 1 – Critérios e contribuições para o valor de risco de incêndio potencial.
- Quadro 2 – Tipologia do concelho de Oleiros para períodos de 15 anos, desde 1990 a 2011.
- Quadro 3 – Objetivos e metas anuais de DFCI para o concelho de Oleiros.
- Quadro 4 - Total de FGC e MPGC a executar no concelho de Oleiros, e sua representatividade.
- Quadro 5 – Intervenções na Rede de FGC e MPGC (2013-2017)
- Quadro 6 – Intervenções na Rede Viária Florestal (2013-2017)
- Quadro 7 – Intervenções na Rede de Pontos de Água (2013-2017)
- Quadro 8 – Metas e Indicadores (2013-2017)
- Quadro 9 – Orçamento e responsáveis (2013-2017)
- Quadro 10 – Estimativa total de orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (2013-2017)
- Quadro 11 – Comportamentos de risco



Quadro 12 – Inventariação do n.º de autos de notícia por contraordenação levantados e % de n.º de processos instruídos por tipologia no ano de 2011.

Quadro 13 – Sensibilização da população – planeamento de ações, metas e indicadores

Quadro 14 - Sensibilização da população – estimativa de orçamento e responsáveis

Quadro 15 - Fiscalização – planeamento de ações, metas e indicadores

Quadro 16 - Fiscalização – Estimativa de orçamento e responsáveis

Quadro 17 - Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção

Quadro 18 – Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1.ª intervenção (2010 e 2011)

Quadro 19 – Número de reacendimentos (2001-2011) no concelho de Oleiros.

Quadro 20 – Metas e indicadores das ações de vigilância, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Quadro 21 – Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – orçamento e responsáveis das ações propostas

Quadro 22 – Necessidades de formação

Quadro 23 – Entidades responsáveis pelas ações

Quadro 24 – Programa de formação e estimativa de orçamento

Quadro 25 – Cronograma das reuniões anuais da CMDFCI

Quadro 26 – Estimativa de orçamento total para implementação do PMDFCI

Índice de Figuras

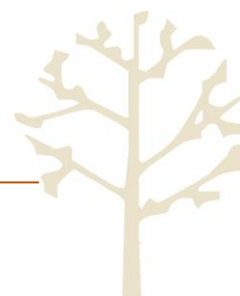
Figura 1 – O PMDFCI e a sua ligação hierárquica com outros instrumentos de gestão territorial e DFCI

Figura 2 – Ilustração do processo de construção das cartas de perigosidade e de risco do concelho de Oleiros.

Figura 3 – Equidistâncias dos pontos de água do concelho de Oleiros, em metros.

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases de perigo.



INTRODUÇÃO

A floresta portuguesa constitui o principal recurso natural do país, ocupando em Portugal cerca de 38% do território continental. Esta mancha florestal é fundamental para o equilíbrio ambiental, sendo essencial à manutenção da qualidade do ar, ao combate à erosão, à desertificação e à regularização dos regimes hídricos, desempenhando ainda na sua vertente social, com peso crescente na sociedade portuguesa, um importante papel como fonte de recreio e sustento de atividades e serviços ligados ao lazer.

O problema dos incêndios, com a gravidade com que se tem manifestado nas últimas décadas, compromete os valores materiais e imateriais destes espaços naturais. Na origem deste problema, encontram-se uma série de questões do conhecimento geral, interrelacionadas entre si, tais como:

- A dimensão da propriedade, que inviabiliza, por si só, a possibilidade de existir um ordenamento e gestão direcionado para a defesa florestal;
- A herança de uma floresta quase exclusivamente constituída por povoamentos monoespecíficos sem qualquer tipo de compartimentação física, extremamente vulneráveis ao fogo e promotores da sua rápida progressão;
- A regressão da agricultura com o conseqüente abandono das povoações, das atividades agrícolas e, ainda mais intensamente, das atividades florestais;
- A baixa cotação dos produtos florestais e o longo período de recuperação dos investimentos, que desmotiva os proprietários florestais;
- O absentismo, que resulta também, frequentemente, em falta de gestão e investimentos;
- O elevado risco de incêndio, como causa e consequência das questões anteriores.

A resolução deste grave problema requer, para além do forte envolvimento das entidades governamentais, o empenho e participação de toda a sociedade.

A curto prazo é fundamental promover uma boa vigilância, fazer cumprir a legislação do uso do fogo nos espaços florestais, garantir a limpeza seletiva



das matas nas zonas de risco e fortalecer a capacidade e eficiência da primeira intervenção no combate aos fogos.

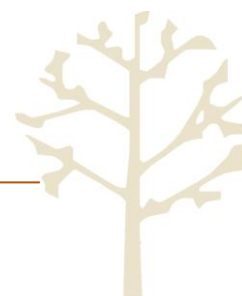
A médio e longo prazo, é imprescindível garantir um adequado ordenamento e uma correta gestão florestal, conciliando sempre os espaços de produção com os espaços de conservação.

Em resumo, em Portugal, e à semelhança de outros países, a solução passará por assumir o tema florestal como uma prioridade política e promover uma abordagem integrada e estruturante, baseada em medidas com elevadas relações custo/benefício, em que os objetivos sejam quantificados e se atribuam responsabilidades aos agentes do sistema.

6

Neste contexto, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), que ora se aprova, enuncia a estratégia e determina os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas.

Este PMDFCI pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metodológica e equilibrada de um conjunto de ações com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais no concelho de Oleiros.



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do concelho de Oleiros é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) dispõe para o desencadeamento das operações e coordenação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

Assim, e de forma a cumprir o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, o PMDFCI, tem por missão, conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. A elaboração do mesmo tem por base as disposições constantes na Portaria n.º 1139/2006, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio e segue as linhas orientadoras definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). Assim, as ações que o sustentam procurarão satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PNDPCI, sendo organizadas e hierarquizadas em função do seu impacto esperado na resolução dos problemas identificados no concelho de Oleiros.

Tendo por base o conhecimento das causas dos incêndios, as suas motivações e localização geográfica (com base no historial de cada freguesia), a estratégia concelhia foi delineada para:

- Reduzir o número de incêndios causados por negligência, designadamente através de sensibilização, sinalização, informação, divulgação do risco, e ações de queima de resíduos e de pastagens, tecnicamente assistida.
- Reduzir o número de incêndios com causa intencional, designadamente através da deteção e da resolução local de conflitos entre vizinhos, da estabilização dos usos e ocupações do solo (caça, construção, outros), do controlo dos danos provocados por animais bravios, e do aumento das tarefas de dissuasão.



- Reduzir o tempo de intervenção, melhorando os circuitos de vigilância, a rede de comunicação, a organização do dispositivo local e o posicionamento dos recursos de combate.

- Reduzir a carga de combustível nas áreas prioritárias, de acordo com as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação.

- Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais, nomeadamente através das funções de uso do solo, da adoção de modelos de silvicultura adequados, do ordenamento do território e da promoção da gestão florestal ativa.

Qualquer tipo de ação contemplada neste Plano deverá também respeitar o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul, que constitui um importante instrumento setorial de gestão territorial, que estabelece normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previsto na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto), e regulado pelo Decreto-Lei n.º 204/99 de 9 de Junho. De entre os seus objetivos gerais, destacam-se:

- Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes.

- Definir o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal.

- Identificar os modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados.

- Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.

O PROF do Pinhal Interior Sul apresenta normas genéricas de intervenção nos espaços florestais relativamente às infraestruturas florestais e à defesa da floresta contra incêndios, que deverão ser respeitadas e implementadas nas ações previstas neste PMDFCI.

As normas definidas neste documento deverão igualmente ir de encontro à estratégia distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, definida no Plano Distrital DFCl.



No que se refere ao enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial, há a referir os seguintes instrumentos de planeamento que afetam o concelho de Oleiros:

O **Plano Diretor Municipal** (PDM), agora em revisão, foi ratificado pela resolução de Conselhos de Ministros nº. 79/95, publicada no D.R., 1ª Série – B, nº. 193, de 22 de Agosto de 1995.

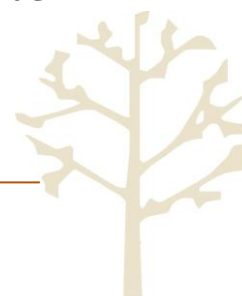
O PDM de Oleiros, no Artigo nº. 2, tem enunciados os seguintes objetivos:

- a) Racionalizar e programar a expansão urbana.
- b) Proporcionar a oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das atividades económicas do concelho.
- c) Proteger e ordenar a estrutura verde territorial e urbana.
- d) Preservar, recuperar e proteger o património cultural.
- e) Estabelecer as bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas.
- f) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais, de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional.
- g) Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividade do município.

O território concelhio encontra-se, então, dividido nos seguintes espaços de ordenamento:

Espaços não urbanos

- Espaços agrícolas: estes espaços dividem-se nas seguintes categorias – Espaços agrícolas de produção (RAN) e Outros espaços de usos ou aptidão agrícola. Nos espaços de aptidão agrícola são interditas operações de loteamento e obras de urbanização.



- Espaços agrícolas e florestais: estes espaços são aqueles cujas características pedológicas, de ocupação atual ou de localização os potenciam para possíveis usos agrícolas ou, em alternativa, se preconiza a sua reconversão para usos florestais, visando fundamentalmente a produção de madeiras nobres.
- Espaços florestais: estes espaços dividem-se nas seguintes subcategorias – Espaços florestais de produção (estes espaços apresentam aptidão para utilizações intensivas em termos de produção e aproveitamento de produtos florestais), Espaços florestais de produção condicionada (estes espaços apresentam características idênticas, em termos de vocação, aos espaços florestais de produção, mas coincidindo com áreas de sensibilidade ecológica), Espaços florestais de reconversão (estes espaços correspondem atualmente a espaços florestais de exploração intensiva, nomeadamente com espécies de crescimento rápido implantadas em zonas ecologicamente sensíveis) e espaços florestais de proteção (estes espaços são destinados à preservação e regeneração natural do coberto florestal, à estabilização geodinâmica dos escarpados e à atividade biológica e ambiental).
- Espaços naturais: estes espaços dividem-se nas seguintes subcategorias – Espaços de salvaguarda biofísica (caracterizam-se pelo grande interesse ambiental ou paisagístico que torna aconselhável uma intervenção humana restrita) e os Espaços de vocação recreativa (espaços que são aptos para uma utilização humana orientada para o recreio e o desfrute dos valores naturais, desde que salvaguardadas as condições para a manutenção e renovação desses valores).

Espaços predominantemente urbanos:

- Espaços urbanos: estes espaços têm o estatuto de ocupação para fins urbanos, habitacionais, comerciais, de serviços, incluindo equipamentos públicos ou privados, edificados ou não, por disporem ou serem suscetíveis de vir a dispor, a curto ou médio



prazo, de infraestruturas urbanísticas adequadas, caracterizando-se por uma concentração de funções urbanas.

- Espaços urbanizáveis: estes espaços poderão adquirir, durante o período de vigência do Plano as características dos espaços urbanos. A implementação do Plano processar-se-á mediante a elaboração e aprovação de planos de pormenor ou de operações de loteamento, de iniciativa pública ou privada, e da execução das obras de urbanização necessárias.

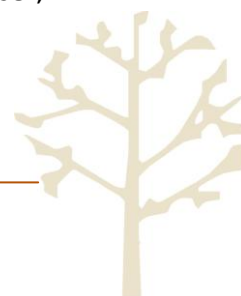
- Aglomerados rurais: estes espaços representam uma forma de povoamento originalmente ligada à exploração agrícola.

- Espaços industriais: estes espaços destinam-se à instalação de unidades industriais, em geral, e, suplementarmente, de atividades que se mostrem incompatíveis com as funções urbanas. Os espaços industriais dividem-se nas seguintes categorias: Espaços industriais existentes (estes espaços são dotados de infraestruturas urbanísticas adequadas e dispõem de disposições relativas à implantação dos edifícios, caracterizam-se pela permanência de instalações com funções industriais) e Espaços industriais propostos (as condições de ocupação e instalação de indústrias e outras atividades nos espaços industriais propostos são estabelecidas em planos de pormenor e regulamentos de utilização, de elaboração obrigatória pelo município e condicionados à apresentação de estudos de integração na envolvente).

O PDM estabelece as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo em todo o território do concelho. Define um modelo de estrutura espacial do território municipal, constitui uma síntese estratégica do desenvolvimento e ordenamento local, integra as opções e outros ditames de âmbito nacional e regional, nomeadamente:

- Planeamento de ocupação, uso e transformação do território municipal, pelas diferentes componentes sectoriais da atividade nele desenvolvidas.

- Programação das realizações e investimentos municipais.

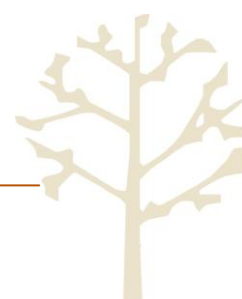


O **Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo** (PBH do Tejo) foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de Dezembro. O PBH do Tejo apresenta um diagnóstico da situação existente nesta bacia hidrográfica, define os objetivos ambientais de curto, médio e longo prazo, delinea propostas de medidas e ações e estabelece a programação física, financeira e institucional das medidas e ações selecionadas, tendo em vista a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequentemente de recursos hídricos. Finalmente, define normas de orientação com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados. O PBH do Tejo caracteriza os principais problemas identificados relativamente à articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico, que são os seguintes:

Principais Problemas Identificados
- Na área abrangida pelo PBH do Tejo verificam-se diversas situações de conflito entre usos do solo, designadamente entre as atividades existentes e previstas, e a preservação e valorização dos recursos hídricos; - Existem planos municipais e especiais de ordenamento do território em que as medidas relativas à prevenção e valorização dos recursos hídricos se encontram desajustadas; - Constata-se a ausência de definição de perímetros de proteção das captações das águas subterrâneas para abastecimento público.

De acordo com os principais problemas identificados relativamente à articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico, e de forma a agir para solucionar esses problemas, foram delineados, no PBH do Tejo, **Objetivos Estratégicos**, que se apresentam em seguida:

Objectivos Estratégicos
- Definir as condições de ocupação e utilização do domínio hídrico e elaborar recomendações a serem integradas nos planos municipais e especiais de Ordenamento do Território e nos planos sectoriais com incidência nos recursos hídricos; - Delimitar os perímetros de proteção de todas as captações de água subterrâneas destinadas a abastecimento público; - Uniformizar a tipologia e critérios de delimitação das áreas de proteção dos recursos hídricos.



O **Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouçã e Santa Luzia** (POAC) foi ratificado pela Resolução de Conselhos de Ministros nº. 45/2002, publicada no D.R., 1ª Série – B, nº. 61, de 13 de Março.

A área de intervenção do POAC abrange os territórios dos municípios de Figueiró dos Vinhos, Góis, **Oleiros**, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Sertã. Para além dos objetivos gerais de qualquer Plano Especial de Ordenamento do Território, são objetivos específicos do POAC:

- Definir regras para a utilização do plano de água e zona envolvente das albufeiras, por forma a salvaguardar a defesa e qualidade dos recursos naturais, em especial a água.
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território.
- Garantir a articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional.
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades, existentes ou futuros, com a proteção e valorização ambiental e finalidades primárias das albufeiras, designadamente com vista à produção de energia.
- Identificar, no plano de água, as áreas mais adequadas para a prática de atividades recreativas, prevendo as suas compatibilidades e complementaridades.

O POAC institui, na sua área de intervenção, as seguintes classes e categorias de espaço:

a) Plano de água da albufeira:

- Espaço de utilização livre: corresponde às zonas do plano de água da albufeira que, não possuindo vocação específica, permitem, pelas suas dimensões e características, a respetiva utilização para fins recreativos.
- Espaço de utilização restrita: inclui as zonas do plano de água que, pelas suas características e dimensões, não aconselham a



respetiva utilização para fins recreativos, embora não determine a interdição total da mesma;

- Espaço de proteção: corresponde a zonas nas quais as características ecológicas e as dimensões do plano de água não permitem a utilização de embarcações, salvo as necessárias para fins de segurança ou manutenção, definidos pelas entidades públicas responsáveis pela exploração ou manutenção da barragem ou do plano de água.

b) Plano de água e zona terrestre adjacente:

- Espaço de recreio balnear.
- Área de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira.

c) Zona de proteção:

- Espaço urbano e urbanizável.

Espaço urbano.

Espaço urbanizável.

Espaço urbanizável de vocação turística.

Espaço verde urbano.

- Espaço não urbano.

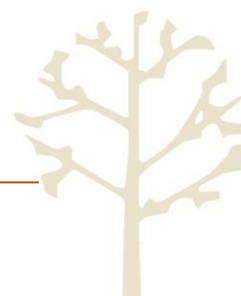
Espaço florestal.

Espaço agrícola.

Espaço natural.

O **Plano de Pormenor da Zona Industrial de Açude Pinto** foi aprovado em Assembleia Municipal, em 30 de Abril de 1997, tendo sido publicado no Diário da República nº. 2, da Série II, na Declaração nº. 2/98, de 3 de Janeiro.

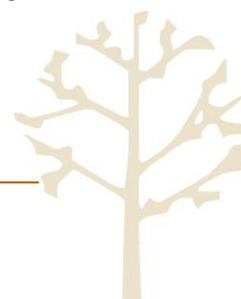
No Plano de Pormenor da Zona Industrial de Açude Pinto é delimitada uma superfície total de lotes de 69507 m². A proposta do plano define 24 lotes para indústria e quatro lotes para equipamentos que correspondem a uma área de 60957 m² e 8550 m², respetivamente.



O **Plano de Pormenor da Zona Industrial de Alverca** foi aprovado em Assembleia Municipal, em 30 de Abril de 1997, tendo sido ratificado pela Portaria n.º 838/98, de 1 de Outubro, publicada do D.R. n.º 227, da Série I-B.

O Plano Industrial da Zona Industrial de Alverca incide sobre a área situada junto à Vila de Oleiros. É delimitada uma superfície de 41301,95 m² como área de intervenção de lotes para fins industriais. A proposta do plano define dez lotes para indústria e um lote para serviços que correspondem a 30008,57 m² e 1425,18 m² de área, respetivamente. De acordo com o Plano, a Câmara Municipal deve assegurar o arranjo de zonas verdes públicas comuns, que não deverão ter outra finalidade que não seja a função de enquadramento paisagístico.

Também se torna necessário o enquadramento deste PMDFCI no âmbito do **Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro**, como instrumento de desenvolvimento territorial que, de acordo com as diretrizes definidas a nível nacional e integrando as estratégias municipais de desenvolvimento local, estabelece as orientações para o desenvolvimento do território regional e define as redes regionais de infraestruturas, transportes e serviços. Em relação aos incêndios florestais, este PROT do Centro refere que a crescente incidência dos incêndios junto das habitações, quer se trate de pequenas ou médias localidades, ou de povoamentos isolados, os riscos dela derivados, fazem com que se deva ter em particular atenção esta questão na organização dos espaços urbanos, em especial na sua interface com os espaços rurais. As vias de comunicação e todas as infraestruturas, em particular as que possam assumir valor patrimonial ou operacional relevante (monumentos, hospitais, escolas, etc.) deverão merecer um especial tratamento atendendo ao potencial risco de incêndio florestal. Assim, sendo uma das causas mais frequentemente apontadas para o problema dos incêndios florestais, o desordenamento do território, deveria aproveitar-se a oportunidade que o PROT proporciona para aprofundar e atacar o problema, com vista a contribuir para a sua minimização.



Resumindo, a **Figura 1** demonstra as relações que deverão existir entre os diferentes instrumentos, segundo o princípio da necessária compatibilização das respetivas opções.

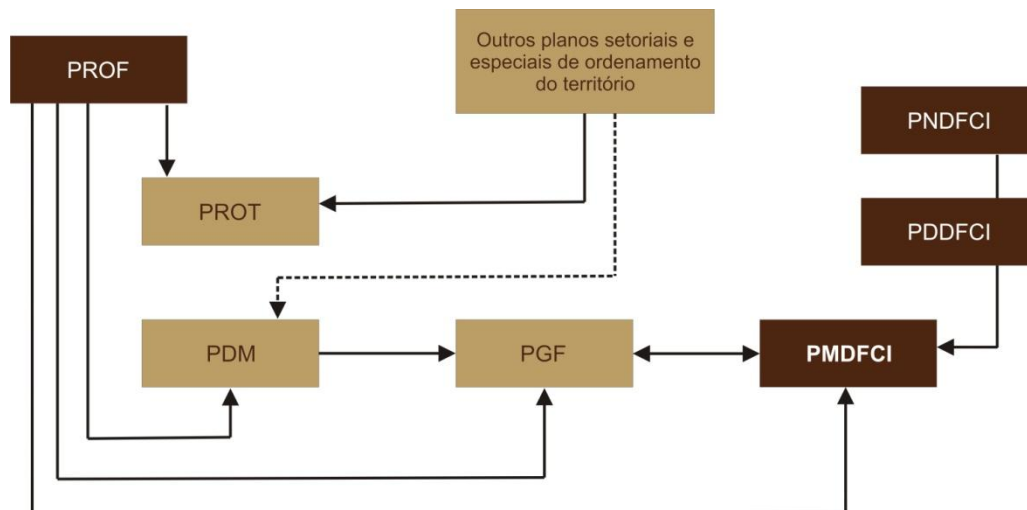


Figura 1 – O PMDFCI e a sua ligação hierárquica com outros instrumentos de gestão territorial e de DFCI.

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

Com vista a garantir uma escolha objetiva, em todo o território do concelho, dos locais mais necessitados de intervenção, e de fazer uma primeira classificação dos cenários de intervenção, é feita uma análise, segundo a ocupação do solo e dos modelos de combustíveis florestais, do risco de incêndio que representam e deste modo, estabelecer os diferentes níveis de prioridade de defesa identificados.

2.1 Modelos de combustíveis florestais

As características dos combustíveis são um dos fatores a considerar, na medida em que a ocorrência de incêndios está dependente do teor de humidade e da carga de combustível. O papel da água relativamente a uma combustão é sobretudo o de dificultar o aumento da temperatura retardando deste modo a ignição, podendo ainda funcionar como meio de diluição dos produtos provenientes da pirólise, devido ao vapor de água libertado, ou ainda dificultando o contacto do oxigénio com o material combustível. No que diz

respeito à carga de combustível (peso de material combustível por unidades de área), é fundamental a sua classificação e mapeamento.

Para a produção desta cartografia, recorreu-se à caracterização da ocupação do solo e à classificação criada pelo *Northern Forest Fire Laboratory* (NFFL), adotada pelo ICONA, pelo projeto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica. Assim, a atribuição dos modelos de combustível para as diferentes classes de ocupação do solo foram identificadas de acordo com os critérios pré-definidos na chave dicotómica presente no Guia Técnico para a elaboração do PMDFCI.

Os modelos combustíveis variam de zero a treze e estão relacionados com a quantidade de combustível que está num local para arder, com o perigo de incêndio e com a dificuldade do combate. A atribuição do modelo depende da carga de combustível (quantidade de biomassa por hectare), da sua distribuição espacial e das áreas não combustíveis. A carta de combustíveis irá servir como base para o planeamento e gestão das faixas de gestão de combustível.

A análise do Mapa de Combustíveis Florestais (**Mapa 1**) que se encontra anexo, permite evidenciar que no concelho de Oleiros estão presentes 11 modelos diferentes de combustíveis, sendo os modelos 4 e 9 os que surgem em maior área, os primeiros correspondentes a áreas com matos e árvores jovens muito densos, especialmente em zonas percorridas por incêndios florestais, e os segundos correspondentes a áreas de pinhal. Temos assim, no concelho, maioria de combustíveis florestais que proporcionam fogos de propagação rápida, de grande intensidade e de chamas compridas.

2.2 Cartografia de risco

Uma cartografia de risco de incêndio florestal permite a identificação das áreas mais vulneráveis à ignição e propagação do fogo, logo com um risco de incêndio mais elevado. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de apoio à prevenção do risco de incêndio por possibilitar a análise da localização ideal dos equipamentos e das necessárias medidas a adotar relativamente à vigilância. No entanto, identificar as áreas de risco de incêndio mais elevado não quer dizer que a ocorrência de um fogo se desenvolva unicamente nessas áreas, uma vez



que o seu comportamento é dinâmico (sujeito, por exemplo, a fatores meteorológicos), enquanto o cálculo do risco de incêndio, se encontra mais relacionado com as fontes combustíveis.

Para a construção desta cartografia foi adotada a metodologia SCRIF (IGP), optando-se por fatores estáticos, nomeadamente:

- de origem biofísica, designadamente a ocupação do solo e a localização e tipologia dos combustíveis;
- de origem fisiográfica, como sejam os declives e as exposições, e;
- de origem social, centrados na densidade demográfica e na densidade de caminhos.

Por ordem decrescente de importância face ao potencial risco de incêndio florestal final, os critérios selecionados são: ocupação do solo, declives, rede viária, exposições e densidade populacional (**Quadro 1**).

Quadro 1 – Critérios e contribuições para o valor de risco de incêndio potencial.

Critérios	Contribuição para o valor de risco de incêndio potencial	
	%	Valor máximo do critério
Ocupação do solo	59%	590
Declives	21%	210
Rede Viária	9%	90
Exposições	6%	60
Densidade Demográfica	5%	50

Fonte: IGP

A ocupação do solo foi definida tendo em conta a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS 2007) e a carta CORINE Land Cover 2006 (CLC2006).

A atribuição da classificação do risco de incêndio foi feita tendo em conta os diferentes graus de inflamabilidade e combustibilidade de cada espécie presente no concelho de Oleiros.

Como a propagação do fogo mantém uma relação com o declive de modo não linear, estabeleceram-se ponderações que pretendem representar o

aumento do risco de incêndio com o aumento do declive. O declive influencia a velocidade e a direção dos ventos, assim como a velocidade e a propagação do fogo. Um declive acentuado tem tendência a favorecer a propagação do fogo pela aproximação dos combustíveis às chamas, uma vez que determina a dessecação desses mesmos combustíveis em continuidade vertical, os quais entram em contacto com o ar quente das chamas subjacentes. Isto acontece também devido à presença de fortes ventos ascendentes, originados por depressões com grandes declives intensos, que proporcionam o rápido desenvolvimento de uma corrente de convecção. Concomitantemente, o acentuar do declive condiciona o ataque ao incêndio, limitando a acessibilidade dos meios à frente do mesmo. Assim, a declives mais acentuados foram atribuídos maiores valores de risco de incêndio.

A proximidade às estradas principais e a densidade de caminhos agrícolas e florestais são dois fatores de origem humana com influência na perigosidade de incêndio para as áreas florestais adjacentes. Os incêndios florestais que têm origem humana, seja por negligência e/ou acidente, ou por ignição intencional criminosa, iniciam-se frequentemente perto da rede viária, pelo que a proximidade a uma estrada ou caminho pode aumentar o perigo de ignição. Por outro lado, também se pode considerar que existe uma densidade ótima de caminhos. Grande parte do combate aos incêndios é realizada por viaturas-cisterna, sendo que a distância útil de combate é em grande medida determinada pela existência de uma rede viária. Esta apresenta-se, pois, como um dos elementos a considerar na problemática da prevenção e do combate a incêndios florestais pelas três principais funções que desempenha a este nível:

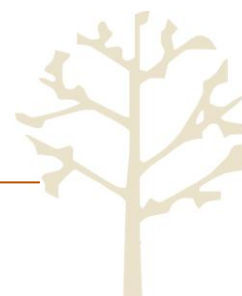
- primeiro, porque permite a visibilidade para quem circule nas vias;
- segundo porque permite o acesso das viaturas de combate a incêndios, e;
- por último, porque pode também funcionar como corta-fogos.

Assim, o valor de risco de incêndio aumenta com a proximidade à rede viária. Em relação à densidade desta rede viária, foram atribuídos maiores valores de risco para densidades muito pequenas e muito altas, e menores valores de risco para densidades intermédias.

A exposição do relevo aos raios solares é um fator que influencia a dinâmica do fogo e a vulnerabilidade da vegetação aos incêndios. Pode-se afirmar que as variações do tempo atmosférico durante o dia numa determinada área são fortemente determinadas pela sua maior ou menor exposição aos raios solares, ou seja, quanto maior é a exposição, mais elevada será a temperatura e menor a humidade nessa área. Assim, à medida que a posição do Sol se modifica, varia a temperatura à superfície, a humidade relativa, o conteúdo em humidade dos combustíveis e a velocidade e direção dos ventos locais. Por outro lado, as encostas ensolaradas são mais secas e contêm menos vegetação combustível que as de sombra. Às latitudes de Portugal, regra geral, as encostas com estas características correspondem às vertentes Sul e Sudoeste que apresentam condições climáticas e um mosaico de vegetação tipificado pela abundância de espécies esclerófitas favoráveis à rápida inflamação e propagação do fogo, contrariamente às vertentes Norte e Nordeste que, detendo maiores teores em humidade, ardem mais lentamente e atingem temperaturas inferiores.

Uma elevada densidade populacional irá promover o aumento do risco de incêndio florestal devido à maior probabilidade de negligência e/ou acidente (em áreas de lazer, atividades agrícolas, etc.) ou mesmo de ignição intencional criminosa (fogo posto). No entanto, considerou-se, também, que a ausência de população poderá ser, simultaneamente, um fator que potencia o risco de incêndio, visto poder estar associado ao abandono da propriedade. Em relação à densidade populacional, trabalhou-se não propriamente com o número de habitantes, mas sim com a distância aos aglomerados populacionais, sendo que o risco de incêndios irá diminuindo à medida que esta distância aumenta, valorizando-se assim a possibilidade de ocorrências com origem humana.

A **Figura 2** evidencia a conjugação da avaliação de todos estes critérios e que deu origem à carta de perigosidade do concelho de Oleiros (**Mapa 2**). Esta perigosidade, multiplicada pelo dano potencial, originou a carta de Risco do concelho de Oleiros (**Mapa 3**).



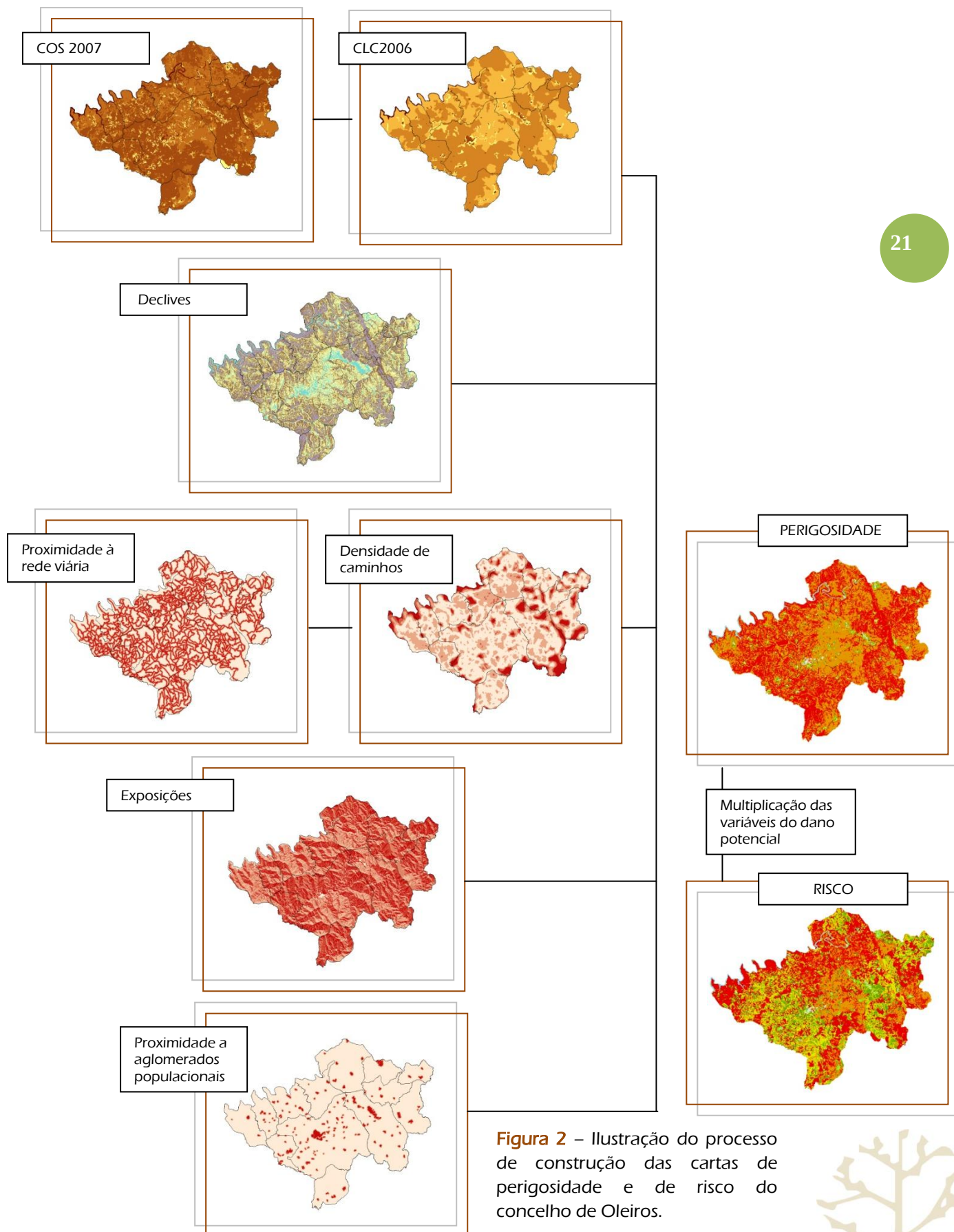


Figura 2 – Ilustração do processo de construção das cartas de perigosidade e de risco do concelho de Oleiros.

2.3 Prioridades de defesa

O mapa de prioridades de defesa identifica as áreas do Concelho onde existe uma maior ou menor necessidade de complementar a vigilância contra os incêndios florestais. Assim, o mapa de prioridades de defesa representa as manchas de risco de incêndio elevado e muito elevado sobre as quais se apresentam os elementos prioritários a proteger.

Ao nível das estruturas e equipamentos, deverão procurar identificar-se as situações críticas nas faixas de proteção aos edifícios isolados integrados em espaços rurais e nas faixas aos aglomerados inseridos ou confinantes com áreas florestais. A correção destas situações permitirá, por si só, criar condições para o aumento da eficácia e eficiência do combate de incêndios florestais, já que para além de garantir a segurança das pessoas e edifícios, liberta recursos para serem realocados ao combate para defesa da floresta.

O **Mapa 4** evidencia também como prioritária a defesa a infraestruturas tais como a empresa de pirotecnia do concelho, espaços industriais e bombas de combustível e também espaços florestais de recreio.

3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

Com a integração e compatibilização deste Plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o **PNDFCI**, o **Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF)** e o **Plano Diretor Municipal (PDM)**, é possível assim definir os objetivos estratégicos deste Plano para os próximos 5 anos, onde se pretende desenvolver todas as ações que assentam na Política Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios.

Será assim possível definir claramente quais as metas a atingir e, qual deverá ser o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta local contra os incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente, de modo a maximizar a sua eficácia.

O PMDFCI de Oleiros inclui ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios que para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas



perante a eventual ocorrência de incêndios, como preconizado no nº1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho.

Para dar cumprimento ao acima exposto o PMDFCI irá centrar-se nos cinco eixos de atuação definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de Maio de 2006.

Assim, são definidos cinco eixos:

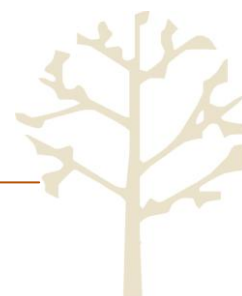
- **1º Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
- **2º Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios
- **3º Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
- **4º Eixo Estratégico:** Recuperação e reabilitação dos ecossistemas
- **5º Eixo Estratégico:** Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

Até 2012, o PNDFCI definia as seguintes metas:

- Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha.
- Eliminação de incêndios com áreas superiores a 1000 ha.
- Redução da área ardida para menos de 100 000 há/ano em 2012.
- 1ª intervenção em menos de 20 minutos em 90% das ocorrências.
- Eliminação de tempos de intervenção superiores a 60 minutos.
- Redução para menos de 150, do número de incêndios ativos com duração superior a 24 horas.
- Redução do número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais.

Para além de 2012, as metas assinaladas pelo PNDFCI incidem nos seguintes pontos:

- Em 2018 verificar uma área ardida anual inferior a 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos.
- Redução até 2018 para menos de 75, do número de incêndios ativos com duração superior a 24h.
- Diminuição para menos de 0,5% do número de reacendimentos.



Para o concelho de Oleiros, e tendo em conta a sua tipologia baseada na sua especificidade no que respeita às duas variáveis estruturantes, número de ocorrências e área ardida (**Quadro 2**), definem-se os objetivos, prioridades e intervenções a desenvolver no período de vigência deste Plano (**Quadro 3**).

Quadro 2 – Tipologia do concelho de Oleiros.

CONCELHO	TIPOLOGIA (1990/2004)	TIPOLOGIA (1991/2005)	TIPOLOGIA (1992/2006)	TIPOLOGIA (1993/2007)	TIPOLOGIA (1994/2008)	TIPOLOGIA (1995/2009)	TIPOLOGIA (1996/2010)	TIPOLOGIA (1997/2011)
OLEIROS	T2	T2	T2	T2	T2	T2	T2	T2

Fonte: ICNF

Quadro 3 – Objetivos e metas anuais DFCI para o concelho de Oleiros.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores/Metas
1º Eixo estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais			
Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas	Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais	Adoção do modelo ZIF como referência para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios, canalizando para esta ação os recursos financeiros existentes.	Finalizar os processos de constituição das ZIF's já criadas.
	Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas de DFCI face ao risco	Operacionalizar a ação da CMDFCI	A CMDFCI reúne 4 vezes por ano, acompanhando a operacionalização e execução do PMDFCI
	Proteger as zonas de interface urbano/florestal	Criar e manter faixas exteriores de proteção, noa aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios.	A Autarquia realiza integralmente a meta anualmente prevista no PMDFCI
		Criar e manter faixas exteriores de proteção em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações	Anualmente é garantida a segurança destes espaços
		Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados	Todos os anos, até ao termo do 1º semestre, todas as situações de maior

		populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações), e acumulações ilegais de detritos.	risco são identificadas, e notificados os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação.
	Implementar programa de redução de combustíveis	Criar redes de gestão de combustível, através da redução parcial ou total da vegetação em faixas e parcelas estrategicamente localizadas para a defesa de pessoas e edificações e de povoamentos florestais.	Manutenção das faixas da rede primária já executadas até 2012 e execução da restante rede primária.
	Condicionar trabalhos/acessos a áreas florestais durante o período crítico.	Sinalização de condicionamento de acesso, de execução de trabalhos e sinalização informativa sobre o risco de incêndio.	A CMDFCI acompanha o processo de sinalização das áreas e as medidas de condicionamento que deverão ser implementadas no âmbito do POM
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores/Metas
2º Eixo estratégico – Redução da incidência dos incêndios			
Educar e sensibilizar as populações	Sensibilização da população	Programas a desenvolver ao nível local, e dirigidos a grupos específicos da população rural, em função das informações históricas de investigação das causas de incêndios.	Anualmente, a CMDFCI, de acordo com PMDFCI, desenvolve estas ações.
	Sensibilização e educação escolar.	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental, e recuperar para esta área iniciativas como a da “Ciência Viva”	A CMDFCI avalia ações programadas e executadas.
Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações	Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização	Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização pela GNR/SEPNA	A GNR, como entidade coordenadora enquadra estas ações na CMDFCI e define estratégia de atuação ao nível municipal, com apresentação anual de relatório de progresso.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores/Metas
3º Eixo estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios			
Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção	Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e deteção) de cariz municipal.	Assumir a responsabilidade pela coordenação das ações de prevenção relativa à vertente vigilância, deteção e fiscalização.	Anualmente, em sede de CMDFCI, o SEPNA/GNR integra as ações de todos os agentes envolvidos no sistema de vigilância e deteção previstas no PMDFCI.
		Participar através das Equipas de Combate a Incêndios (ECIN) dos CB nas ações de vigilância e deteção.	As equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.
		Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de Vigilância	As equipas deverão estar incluídas operacionalmente nos sistemas municipais de prevenção e 1ª intervenção.
			O GTF recolhe informação trimestral da respetiva atividade.
		Coordenação de todas as ações de vigilância e deteção, privilegiando a comunicação de cariz municipal.	Implementar a vigilância fixa e a vigilância terrestre móvel, como um complemento da rede de vigilância fixa.
			Melhorar a rede de comunicações entre todas as Equipas, Grupos, Brigadas, Postos de Vigia e outros meios existentes no terreno.
		Acompanhar, permanente, em sede própria, os resultados das ações de deteção ao nível Municipal, Distrital e Nacional	- No 1º trimestre de cada ano, implementação de medidas e de projeto municipal de proteção coletiva, a integrar no sistema de vigilância e

			deteção Municipal e Distrital. - No 4º trimestre de cada ano, a avaliação do modelo e a incorporação dos eventuais ajustamentos, face à experiência do ano anterior.
Reforço da capacidade de 1ª intervenção	Estruturar o nível Municipal de 1ª intervenção	Na elaboração do PMDFCI/POM, integrar a atuação dos Bombeiros, das Equipas de Sapadores Florestais, das Equipas do SEPNA e da GNR, e outros Agentes presentes no terreno.	Anualmente, o SMPC, o Município, a GNR, o ICNBF, as OPF's e as OB implementam as medidas necessárias à sua articulação no TO.
			Anualmente, coordenar operacionalmente, através do POM, as atividades dos recursos humanos e dos meios do município.
			Formar, permanentemente, todos os agentes envolvidos.
			Identificar outros Agentes com capacidade de 1ª intervenção ao nível municipal.
	Estruturar o nível Distrital de 1ª intervenção	Dar continuidade aos projetos comuns de proteção coletiva, desenvolvidos no âmbito do sistema de vigilância e deteção.	Anualmente, promover a distribuição de material específico para autoproteção das populações.
			No 1º Trimestre de cada ano promover ações de formação no âmbito da 1ª intervenção.
Reforço da capacidade do ataque ampliado	Reforçar eficácia do combate terrestre ao nível Municipal.	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes em cada Corpo de Bombeiros (CB), com vista à avaliação da sua capacidade operacional e	Anualmente, fazer a avaliação dos recursos existentes no município.
	(capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).		

		do Município.	
		Articulação coordenada dos meios de combate do município, e dos que lhe forem atribuídos pelo Centro Distrital e Nacional, e em cumprimento do dispositivo de forças.	Em articulação e sob as orientações do CDOS, no âmbito das suas competências, implementa uma política de formação contínua e de exercícios conjuntos no CB do município.
			Incentiva a utilização dos vários métodos e técnicas de extinção
			Formação no CB de meios humanos especializados, integrados em Grupos ou Equipas, especialmente vocacionados para o combate a IF.
		Qualificar os quadros de Comando e Chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo Operacional.	Anualmente, elaborar o levantamento de necessidades, calendarizar as atividades de forma a serem integradas no plano de formação de elementos de comando de nível Distrital e/ou Nacional.
		Proceder ao levantamento das máquinas de rasto, tratores e buldózer existentes no município e/ou na sua área, promover políticas de colaboração e formar operadores.	Anualmente, proceder ao levantamento destes meios, e definir as políticas de colaboração/contratação entre os seus proprietários e o município.
		O conhecimento e o enquadramento operacional das Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais existentes no concelho.	Todas as Equipas/Brigadas fazem parte do dispositivo municipal de apoio ao combate aos incêndios florestais, operações de rescaldo e vigilância após rescaldo.
		Distribuir os meios no terreno atendendo ao risco de incêndio, fazendo recurso de destacamentos temporários	Anualmente, elaborar o levantamento das áreas de risco do Município.
			Anualmente, planear a tática de combate mais adequada à defesa do

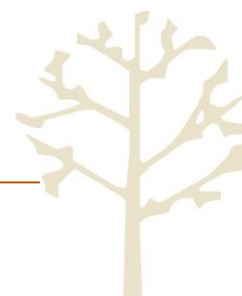
			município através da realização de exercícios conjuntos com base nessas áreas e cenários hipotéticos.
		Balancear o acionamento de elementos de reforço (humanos e materiais) municipais ou atribuídos.	Anualmente, desenvolver uma política de exercícios conjuntos no CB do município, privilegiando os aspetos da coordenação entre os vários agentes.
		Articular os meios e a rede rádio da estrutura de combate aos Incêndios Florestais, frequências e procedimentos a adotar.	Anualmente, implementar uma política de exercícios conjuntos para operacionalizar medidas e procedimentos no âmbito das comunicações, analisar deficiências e propor as medidas adequadas à sua resolução.
		Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	Anualmente: - fazer o levantamento dos meios disponíveis na área do Município; - planejar a manobra logística mais adequada ao Município; - elaborar exercícios para validação do planeamento logístico.
	Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível Distrital. (capacidade de comando das operações, coordenação das várias entidades envolvidas e mobilização dos meios).	Implantar e articular os meios de ataque ao nível municipal.	Anualmente: - fazer a avaliação dos meios do município e risco associado; - elaborar planos de emergência; - promover a realização de exercícios conjuntos para articulação de meios ao nível Distrital; - promover uma atitude de colaboração intermunicipal.
		Integrar ao nível Distrital, na parte correspondente, o POM elaborado ao nível do	Até ao final de cada ano, implementar as medidas necessárias à prossecução

		concelho.	deste desiderato.
Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.	Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo	Empregar as Equipas/Brigadas de Sapadores Florestais	Anualmente: - elaborar o levantamento das equipas e Brigadas de Sapadores Florestais existentes; - Implementar modelos de atuação nas operações de rescaldo.
		Utilizar as máquinas de rasto.	Anualmente, assegurar a rápida mobilização, pelo que importa, por um lado, garantir a colaboração das autarquias, e por outro, a atempada contratação com agentes privados.
		Implementar por parte da Autarquia as medidas que levem as populações, através das Juntas de Freguesia, a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentado por medidas de autodefesa, e colaborar nestas ações.	Incentivar e acompanhar a implementação de medidas de autodefesa a desenvolver pelo município e Juntas de Freguesia. Formação e sensibilização. Distribuição de material específico para o efeito.
	Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.	Estabelecer medidas Operacionais adequadas.	Incorporar as ações da vigilância após rescaldo nos exercícios de validação de conhecimentos e de consolidação de princípios doutrinários operacionais introduzidos ao nível dos Comandantes e elementos de Comando. Anualmente, validar a formação junto dos Comandantes e elementos de Comando.
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores/Metas
4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas			
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.	Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de	Execução de ações imediatas de minimização de impactos, intervindo em grandes incêndios.

		Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu.	
Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais	Ação a desenvolver	Indicadores/Metas
5º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz			
Princípios	Preparar uma estrutura para sustentar as ações e metas antes abordadas aos níveis Municipal, Distrital e Nacional.	Estabelecer a tão necessária relação de proximidade entre os níveis Nacional, Distrital e Municipal	
		Potenciar os recursos (humanos e materiais) para uma adequada capacidade de intervenção nos diversos Teatros de Operações.	
		Implementar uma adequada cultura logística suportada por uma estrutura integrada e sustentada ao nível Nacional, Distrital e Municipal.	
		Descentralizar a formação de âmbito regional, apoiando-se nos Centros de Formação já existentes, implementar modelos de formação contínua nos CB com vista a incentivar o uso de novos métodos e técnicas de combate em incêndios florestais, de que se destaca como medidas privilegiadas as técnicas de sapador e contrafogo.	
		Integrar o PDFCI, elaborado ao nível do concelho (Estrutura Municipal), numa ótica Distrital e nacional, sem prejuízo da necessária articulação, consolidação (através da implementação	

		de exercícios de âmbito Municipal, Distrital e Nacional) e consequente adaptação aos três níveis.	
Ao nível Municipal, organizar o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	Ao nível municipal, monitorizar as operações de socorro e assistência, e garantir o necessário apoio técnico e logístico.	A CMDFCI é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes ações. Anualmente, a CMDFCI deve assentar a sua atividade de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção e combate, em planos expeditos de carácter operacional municipal (POM) mobilizando e tirando partido de todos os agentes na área de influência municipal. O SMPC deverá garantir, em sede de POM a coordenação de todas as operações e forças, de socorro, de emergência e assistência e consequentemente da atividade operacional, garantir a ligação operacional permanente do município ao CDOS, e o apoio aos órgãos e às operações de socorro, emergência e assistência.	

Fonte: PNDFCI



3.1 1º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

A aplicação de sistemas de gestão dos combustíveis, de modo a travar o avanço do fogo e interrompendo o crescimento natural da vegetação, é um dos fatores mais importantes a desenvolver neste 1º eixo estratégico do plano de ação. Serão ainda desenvolvidos os processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

Este eixo estratégico está diretamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social. A linha de ação planeada prevê a gestão multifuncional dos espaços e introduz, em simultâneo, princípios de DFCI de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

A definição dos espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes, foi realizada de acordo com o nº 1 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho. A operacionalização ao nível municipal das faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional, foram igualmente consideradas.

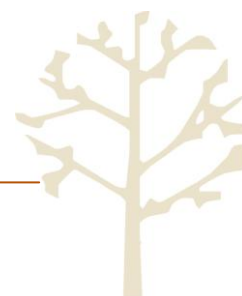
Objetivo estratégico: Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas

Objetivos operacionais:

- Proteger as zonas de interface Urbano/Floresta
- Implementar programa de redução de combustíveis

Ações:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível;
- Promover ações de silvicultura;
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água);



- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

3.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

3.1.1.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)

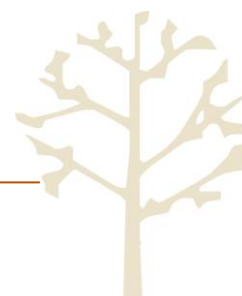
A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes, constituiu a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

O conceito de FGC está associado à vulgarmente designada rede divisional que se pode definir como um conjunto de faixas com funções básicas de compartimentação de manchas florestais, cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate/intervenção (in)direto na frente de fogo ou nos seus flancos. Estas faixas foram, durante bastante tempo, identificadas como aceiros e arrifes.

No entanto é importante referir que a utilização atual das FGC ultrapassa bastante o âmbito daquilo que, classicamente, se entende como rede divisional, já que incorpora também os objetivos de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infraestruturas, povoamentos florestais, isolar focos potenciais de incêndios, reduzir a probabilidade de propagação de incêndios a áreas adjacentes a linhas elétricas, à rede viária e ferroviária, a parques de recreio, entre outros (**Mapa 5**).

No Decreto-Lei 124/2006, artigo nº 15, é mencionado o conjunto de medidas preventivas, que incluem a delimitação de faixas de combustíveis, e onde são definidas a dimensão e a entidade responsável pela gestão destas faixas.

No **Quadro 4**, estão contabilizadas as áreas para cada um dos tipos de FGC ou MPGC e a sua representatividade, em percentagem, no Concelho de Oleiros.



Quadro 4 – Total de FGC e MPGC a executar no concelho de Oleiros, e sua representatividade.

Código da descrição da faixa / mosaico	Área (ha)	% de faixas	% concelho
TOTAL 1	2072,39	24,63	4,40
TOTAL 2	1998,13	23,75	4,24
TOTAL 3	64,1	0,76	0,14
TOTAL 4	247,87	2,95	0,53
TOTAL 8	1845,52	21,94	3,92
TOTAL 10	322,33	3,83	0,68
TOTAL 11	1817,18	21,60	3,86
TOTAL 12	28,05	0,33	0,06
TOTAL 13	16,4	0,19	0,03
TOTAL FGC e MOSAICOS	8411,97 ha	100 %	17,86 %

Fonte: GTF Oleiros

Neste levantamento, foram tidas em conta nove tipos de faixa de gestão de combustível, das quais se destacam as edificações integradas em espaços rurais, os aglomerados populacionais, a rede primária de faixas de gestão de combustível e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível.

A nível urbanístico, o processo de levantamento das edificações torna-se particularmente delicado em áreas de elevada densidade urbanística, com interface florestal e onde por vezes o processo de transição não é claro. Há também uma nítida dificuldade de articulação do PMDFCI com os restantes instrumentos de gestão territorial, nomeadamente com o Plano Diretor Municipal, uma vez que a atual legislação constante no DL 124/2006 entra em confronto e sobrepõe-se ao estipulado para as edificações do PDM.

Este concelho é também caracterizado por uma dispersão da população, que se concentra maioritariamente em três centros urbanos (Oleiros, Estreito e Orvalho), pelo que a restante população ocupa edificações isoladas, integradas nos espaços rurais, o que se torna algo preocupante e exponenciador de vulnerabilidades. É necessário, portanto, circunscrever estas edificações, delimitando FGC em 50 metros em seu redor, o que se traduz num valor

bastante elevado, em área, e, consequentemente, nos custos para a sua execução.

Outro encargo significativo a nível de custo, quer monetário quer de sensibilização dos proprietários dos terrenos para a sua execução, é o da rede primária de gestão de combustíveis, tendo em conta as faixas de 125 metros que as caracterizam.

36

3.1.1.2 Rede Viária Florestal

A existência de uma rede viária suficientemente densa e, sobretudo, com boas condições de acessibilidade é fundamental para a redução do risco de incêndio. As ações de deteção e de combate a incêndios florestais são facilitadas, permitindo uma rápida intervenção e consequente diminuição da probabilidade de ocorrência de incêndios de maiores dimensões. A melhoria da acessibilidade também favorecerá, à partida, ações de gestão de povoamentos florestais, condicionando o risco de incêndio.

Deve ter-se em conta que a densidade da rede viária não é um indicador seguro da acessibilidade. Aspetos como a transitabilidade a diversos tipos de veículos, existência de saídas, locais para cruzamento de veículos e pontos de inversão de marcha são importantes, sobretudo quando se consideram veículos de combate a incêndios florestais.

A falta de atualização cartográfica é um dos problemas estruturantes nas questões de planeamento da defesa da floresta contra incêndios, e no que toca à rede viária florestal este problema é acentuado. Como tal, este GTF tentará contribuir para que o mesmo se vá esbatendo, através de sucessivos levantamentos e validações cartográficas. Deste modo, a RVF deve ser cuidadosamente planeada e construída, com vista não só a garantir que possa cumprir eficientemente as diversas finalidades que determinaram a sua criação, mas também a reduzir os pesados custos de implantação e manutenção que este tipo de infraestruturas tradicionalmente acarreta e a reduzir os inevitáveis impactos na paisagem e nos recursos naturais. Reconhecendo este fato, o DL 124/2006, de 28 de Junho, estende o conceito de RVF para outras vias além das tradicionalmente tartadas pelo setor florestal, e determina a normalização

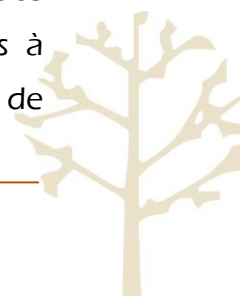
da classificação e numeração dessa rede viária florestal “alargada”. Neste sentido, a RVF é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso, exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades DFCl.

Tal como representado no **Mapa 6**, a nível viário, o concelho de Oleiros é servido por 4 estradas nacionais (EN238, EN351, EN344 e EN112), perfazendo cerca de 68,3 Km. O troço da EN238 que atravessava o concelho longitudinalmente, está agora classificada como ER238, e tem um comprimento de 38,8 Km. A rede de estradas municipais do concelho perfaz um total de 345 Km de estradas asfaltadas.

Toda esta rede viária foi classificada em Rede Viária Fundamental (9,7% de 1ª ordem e 27,1% de 2ª ordem), e em Rede Viária Complementar (63,2%).

No levantamento da rede viária efetuado para este plano, foram consideradas as vias com maior relevância DFCl, adensando-se a malha em relação à versão anterior deste documento, para que qualquer ponto do território esteja a uma distância aproximada o mais possível a 500 metros de uma via de comunicação. De uma maneira geral, verifica-se o cumprimento destas distâncias, pelo que o trabalho proposto para este tipo de infraestrutura DFCl baseia-se em trabalhos de beneficiação das já existentes. Para construção, está previsto um estradão florestal de 1ª ordem a NW do concelho, a acompanhar o trajeto do Rio Zêzere. Esta, parece-nos ser uma infraestrutura de particular importância, na medida em que permitirá o combate de incêndios florestais vindos dos concelhos vizinhos, com intensidade suficiente para efetuar projeções por cima do rio. Por outro lado, numa fase posterior, este estradão poderá ter ligações de acesso ao rio, para que também os meios terrestres possam beneficiar da sua proximidade para o abastecimento de água.

Em relação à circulação dos vários tipos de veículos operacionais de combate a incêndios florestais, a maioria dos caminhos podem ser percorridos por veículos de tipologia VTTF (81,67%), estando apenas 1,7% limitados à circulação de VFCl. Em relação à tipologia de veículos com maior capacidade de



transporte de água, ou seja, os VTGC, apenas 16,63% dos caminhos permitem a sua circulação. Assim, numa perspetiva de análise das beneficiações necessárias, são contemplados os trabalhos que permitem aumentar esta última percentagem, para que o concelho fique melhor servido por acessos que permitam a circulação de veículos de maiores dimensões, necessários no combate a incêndios já de grandes proporções.

3.1.1.3 Rede de Pontos de Água

A água é o produto mais utilizado na extinção de fogos, desde tempos imemoriais, em virtude da sua capacidade de retenção de calor, da sua fluidez, que permite fácil transporte, e ainda da sua relativa abundância, embora possa escassear junto aos locais de incêndio, nas épocas normais de fogos. A ação humectante da água sobre o combustível, antes de este entrar em ignição, torna-o menos vulnerável, atrasando o momento em que ele atingirá a temperatura de ignição.

Os pontos de água são um conjunto de estruturas de armazenamento de água construídas ou colocadas no interior das manchas florestais. O seu objetivo é melhorar as condições de combate a incêndios e, em simultâneo, contribuir para o aumento das potencialidades intrínsecas das matas, no sentido de uma maior diversidade.

O sucesso das operações de combate aos incêndios depende, em grande parte, da existência de pontos de água operacionais e com boas condições de acesso, tanto para meios aéreos como terrestres. O problema do acesso aos pontos de água coloca-se sobretudo aos meios aéreos, pois é frequente os tanques encontrarem-se na proximidade de árvores frondosas, fios elétricos e casas que dificultam ou impossibilitam o abastecimento dos helicópteros.

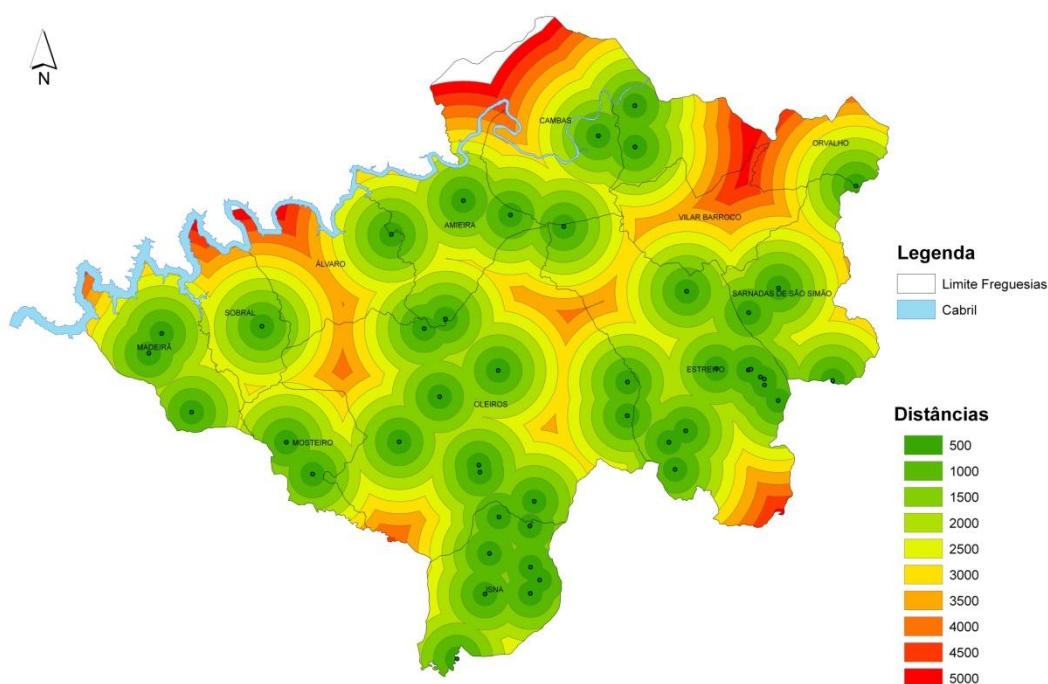
O **Mapa 7** evidencia a localização dos pontos de água do concelho de Oleiros, juntamente com os cursos de água permanentes e outras massas de água relevantes. Pela sua análise, verifica-se que existe uma freguesia sem qualquer ponto de água (Vilar Barroco), enquanto outras freguesias apresentam uma grande densidade deste tipo de estruturas DFCI. No entanto, muitas delas não se encontram plenamente operacionais, sobretudo devido a

ausência de controlo da vegetação ou mesmo ruturas que não permitem um eficaz armazenamento de água.

As freguesias a NW do concelho (Madeirã, Sobral, Álvaro e Amieira) colmatam a escassez de pontos de água, pela existência à Albufeira do Cabril.

A nível de intervenções a fazer neste ponto, este Plano propõe trabalhos de limpeza e manutenção dos pontos de água, de forma a torna-los operacionais no âmbito do DL n.º133/2007 de 26 de Janeiro.

Para uma visão mais generalista, do ponto de vista da obtenção de informação para planificação de programas de ação DFCI, nomeadamente para a proposta de implantação de novos pontos de água, torna-se importante a análise da localização a nível destas infraestruturas, que nos permite avaliar as zonas mais carenciadas em termos dos pontos que possam servir esta área para combate a incêndios FLORESTAIS. Para tal, foi elaborado um mapa de equidistâncias, no qual estão localizados os pontos de água do concelho de Oleiros (**Figura 3**). Considera-se recomendável a existência de pontos de água a cada 5 km, assegurando uma descarga de água por cada 5 a 7 minutos, para assegurar uma eficiência razoável dos tanques dos bombeiros no controle aos incêndios.



Tal como já foi referido, no limite Norte do concelho, a ausência de pontos de água é compensada pelo Rio Zêzere que cobre toda esta área e assegura a disponibilidade de água para o combate tanto aéreo como terrestre. O incremento do número de pontos de água dentro do concelho deverá portanto contemplar as zonas de maior défice aqui contempladas, nomeadamente as freguesias de Oleiros, Estreito, Vilar Barroco e Orvalho, de modo a aumentar o valor da densidade de pontos de água dentro deste território.

Estas infraestruturas de combate aos incêndios florestais deverão ser corretamente sinalizadas. Para tal, pretende-se a implementação de sinalização adequada e informativa dos pontos de água mais relevantes característicos deste tipo de infraestrutura, como seja a distância a esse ponto, a sua localização global dentro do concelho, a sua identificação e alguns contactos úteis em caso de incêndio florestal. Estas placas serão colocadas nos itinerários principais e cruzamentos e entroncamentos anteriores aos pontos de água.

3.1.1.4 Silvicultura no âmbito da DFCI

As parcelas sujeitas a silvicultura no âmbito da DFCI, executadas no último ano, estão representadas no **Mapa 8**.

3.1.2 Planeamento das Ações Referentes ao 1º Eixo Estratégico

Nos Mapas 9, 10, 11, 12 e 13 apresenta-se a construção e manutenção das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do concelho de Oleiros, no período de tempo de 5 anos (2013-2017).

Uma vez que este concelho faz fronteira com outros, o sucesso alcançado pela implementação destas medidas DFCI estará sempre dependente do trabalho levado a cabo nos restantes concelhos limítrofes com este, e vice-versa. As principais infraestruturas DFCI mais afetadas pela sua continuidade em concelhos vizinhos são as que estão relacionadas com as vias de comunicação, especificamente com a rede viária florestal, e com a rede primária. Uma vez que os incêndios florestais não se confinam a um só concelho, serão necessários esforços por parte dos concelhos contíguos, de forma a conferirem continuidade à RDFCI ao longo do território.



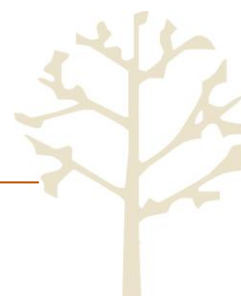
A estratégia adotada para o concelho de Oleiros para otimizar os meios e os custos das ações envolvidas, passa por concentrar os esforços, selecionando anualmente freguesias específicas. Assim, no primeiro ano de atuação deste Plano (2013), as intervenções são feitas nas freguesias de Orvalho e Vilar Barroco. No ano seguinte (2014) as operações focam-se nas freguesias de Madeirã e Sobral, seguidas nos anos seguintes pelas freguesias de Álvaro e Sarnadas de São Simão (2015), Mosteiro, Oleiros e Estreito (2016) e Amieira, Cambas e Isna (2017). Desta forma, consegue-se dotar uma freguesia inteira com capacidade de travar a propagação de grandes incêndios, ao contrário de se adotar uma estratégia que, anualmente, contemple apenas partes de freguesias. Da mesma forma, a concentração dos trabalhos anualmente na mesma área, otimiza os meios tanto mecânicos como humanos, a nível de custos envolvidos.

No que diz respeito aos trabalhos da responsabilidade do Município, os principais constrangimentos apontados para a sua execução prendem-se com os meios de execução e com os meios de financiamento. A autarquia não dispõe de meios humanos suficientes nem de qualquer equipa de sapadores florestais, pelo que será obrigatória a contratação de uma empresa prestadora de serviços florestais e/ou equipa de sapadores florestais da Associação de Produtores Florestais. Assim, os custos envolverão meios de financiamento da Autarquia, que, devido à situação de cortes orçamentais, terá que candidatar grande parte dos trabalhos a fundos comunitários de financiamento, mais concretamente, o ProDeR. Assim, grande parte da execução estará dependente das candidaturas apresentadas e sua aprovação.

Uma grande percentagem de FGC a executar diz respeito às faixas de proteção a edificações integradas em espaços rurais e a aglomerados populacionais, da responsabilidade dos proprietários em causa, pelo que a sua execução poderá igualmente ficar comprometida pela disponibilidade financeira dos mesmos. Neste campo, é aconselhável proceder a uma série de ações de sensibilização e de aconselhamento aos proprietários, para que estes sejam conhecedores das opções que poderão tomar em relação à gestão florestal dos seus terrenos, confinantes a habitações.



Os trabalhos contemplados incluem construções de novas faixas mas também manutenções das já existentes. Estas manutenções ocorrem de quatro em quatro anos, pelo que os trabalhos propostos para 2013 se repetem em 2017.



3.1.2.1 Rede de FGC e MPGC

Quadro 5 – Intervenções na Rede de FGC e MPGC (2013-2017)

Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção				
					2013	2014	2015	2016	2017
1	Edificações integradas em espaço rural	2072,39	0	2072,39	143,25	285,28	240,45	996,85	549,81
2	Aglomerados populacionais	1082,01	916,12	1998,13	73,49	63,35	149,3	651,36	218
3	Parques e polígonos industriais e outros	39,1	25	64,1	6,41	0	3,2	26,18	9,72
4	Rede viária florestal	223,11	24,76	247,87	24,91	26,79	34,24	97,77	62,68
8	Rede primária	1845,52	0	1845,52	139,11	147,84	141,8	829,59	726,29
10	Linhas média tensão	322,33	0	322,33	50,72	47,21	34,88	150,28	89,96
11	MPGC	140,49	1676,69	1817,18	0	0	47,69	92,8	0
12	Pontos de água	28,05	0	28,05	1,46	2,26	3,27	13,47	9,05
13	Linhas alta tensão	16,4	0	16,4	0	2,58	10,94	2,88	0
	TOTAL	5769,4	2642,57	8411,97	439,35	575,31	665,77	2861,18	1665,51

Fonte: GTF Oleiros (2012)

Em relação à definição de regras que as novas edificações no espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação do terreno, está em vigor o Regulamento de Edificações em Espaço Rural publicitado no Edital n.º 1179/2009, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 245 — 21 de Dezembro de 2009.

3.1.2.2 Rede Viária Florestal

Quadro 6 – Intervenções na Rede Viária Florestal (2013-2017)

REDE_DFCI	RVF com necessidade de intervenção (Km)	RVF sem necessidade de intervenção (Km)	RVF Total (Km)	Distribuição do comprimento total com necessidade de intervenção (Km)				
				2013	2014	2015	2016	2017
1ª Ordem	68,59	63,61	132,2	0	17,73	17,65	7,02	26,19
2ª Ordem	138,06	230,08	368,14	28,57	5,11	17,18	44,37	71,4
Complementar	701,5	157,92	859,42	68,56	77,43	86,72	268,34	269,01
TOTAL	908,15	451,61	1359,76	97,13	100,27	121,55	319,73	366,6

Fonte: GTF Oleiros 2012

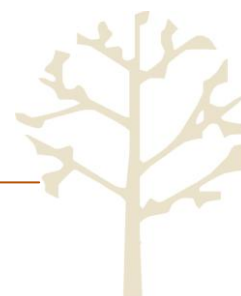
3.1.2.3 Rede de Pontos de Água

Quadro 7 – Intervenções na Rede de Pontos de Água (2013-2017)

Identificação PA	Tipo	Classe	Volume máximo (m ³)	Ano a intervir	Tipo de intervenção
1 - Adega	Charca	Misto	1872	2015	Man./Benef.
2 - Serra Rasa	Charca	Misto	565	2017	Man./Benef.
3 - Urraca	Charca	Terrestre	923	2017	Man./Benef.
4 - Gralhal	Charca	Misto	8000	2017	Man./Benef.
5 - Cadaval	Charca	Misto	2000	2017	Man./Benef.
6 - Alto da Portela	Reservatório DFCI	Misto	282	2016	Man./Benef.
7 - Vale da Sobreira	Charca	Misto	2300	2016	Man./Benef.
8 - Vidigal	Charca	Misto	4000	2016	Man./Benef.
9 - Cova Azenha I	Charca	Terrestre	300	2016	Man./Benef.
10 - Cova Azenha II	Charca	Terrestre	150	2016	Man./Benef.
11 - Cova Azenha III	Charca	Terrestre	300	2016	Man./Benef.
12 - Bafareira	Albufeira Açude	Misto	1500	2016	Man./Benef.
13 - Cabeço da Mó	Charca	Terrestre	1800	2016	Man./Benef.
14 - Amieirinha	Charca	Terrestre	900	2016	Man./Benef.
15 - Poeiros I	Charca	Misto	235	2016	Man./Benef.
16 - Poeiros II	Charca	Misto	1200	2016	Man./Benef.
17 - Poeiros III	Charca	Terrestre	340	2016	Man./Benef.
18 - Panascosa	Charca	Misto	340	2016	Man./Benef.
19 - Besteiras	Charca	Misto	2250	2017	Man./Benef.
20 - Vale Salgueiro	Albufeira Açude	Misto	5500	2017	Man./Benef.

21 – Lontreira	Charca	Terrestre	900	2017	Man./Benef.
22 – Furnas	Charca	Misto	800	2017	Man./Benef.
23 – Isna	Albufeira Açude	Misto	2000	2017	Man./Benef.
24 – Vale da Cuba	Charca	Misto	7000	2017	Man./Benef.
25 – Isna II	Charca	Misto	480	2017	Man./Benef.
26 – Corgas	Albufeira barragem	Misto	660000	2017	Man./Benef.
27 – Madeirã	Charca	Misto	1300	2014	Man./Benef.
28 – Cerrado	Charca	Misto	2800	2014	Man./Benef.
29 – Cava	Charca	Misto	3000	2014	Man./Benef.
30 – Ribeira Cavalinho	Outros Cursos Água	Terrestre	700	2016	Man./Benef.
31 – Moideiro	Charca	Misto	7600	2016	Man./Benef.
32 – Ponte Romana	Albufeira Açude	Misto	2800	2016	Man./Benef.
33 – Ribeira da Serra	Charca	Misto	1200	2016	Man./Benef.
34 – Lontreira I	Charca	Misto	12000	2016	Man./Benef.
35 – Lontreira II	Charca	Misto	27000	2016	Man./Benef.
36 – Sobreiros	Charca	Terrestre	1000	2016	Man./Benef.
37 – Reservatório OLR	Reservatório DFCI	Misto	282	2016	Man./Benef.
38 – Mougueiras Baixo	Charca	Terrestre	900	2016	Man./Benef.
39 – Feteirinha	Charca	Misto	6000	2016	Man./Benef.
40 – Casal Novo	Charca	Misto	4000	2016	Man./Benef.
41 – Penedo Sardas	Tanque Rega	Terrestre	100	2013	Man./Benef.
42 – Vale Estevões	Charca	Misto	2400	2013	Man./Benef.
43 – Foz Giraldo	Charca	Misto	1200	2013	Man./Benef.
44 – Sarnadas S. Simão	Charca	Misto	450	2015	Man./Benef.
45 – Barragem Sarnadas	Albufeira Barragem	Misto	5000	2015	Man./Benef.
46 – Barragem Cardosa	Albufeira Barragem	Misto	48000	2015	Man./Benef.
47 – Delvira	Charca	Misto	5300	2014	Man./Benef.
48 – a definir	Reservatório DFCI	Misto	282	2013	Construção
49 – a definir	Reservatório DFCI	Misto	282	2016	Construção
50 – a definir	Reservatório DFCI	Misto	282	2016	Construção
51 – a definir	Reservatório DFCI	Misto	282	2016	Construção

Fonte: GTF Oleiros 2012



3.1.2.4 Metas e Indicadores

Quadro 8 – Metas e Indicadores (2013-2017)

		Indicadores mensuráveis (ha)				
Descrição da FGC e MPGC	Meta	2013	2014	2015	2016	2017
1 – Edificações integradas em espaço rural	Gestão de Combustível	143,25	285,28	240,45	996,85	549,81
2 – Aglomerados populacionais		73,49	63,35	149,3	651,36	218
3 – Parque e polígonos industriais e outros		6,41	0	3,2	26,18	9,72
4 – Rede viária florestal		24,91	26,79	34,24	97,77	62,68
8 – Rede primária de FGC		139,11	147,84	141,8	829,59	726,29
10 – Linhas elétricas de média tensão		50,72	47,21	34,88	150,28	89,96
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível		0	0	47,69	92,8	0
12 – Pontos de água		1,46	2,26	3,27	13,47	9,05
13 – Linhas elétricas de alta tensão		0	2,58	10,94	2,88	0
		Indicadores mensuráveis (Km)				
Rede Viária Florestal	Meta	2013	2014	2015	2016	2017
1ª Ordem	Man./Benef.	0	0	4,13	5,2	8,63
	Construção	0	17,73	13,52	1,82	17,56
2ª Ordem	Man./Benef.	28,57	5,11	17,18	44,37	71,4
Complementar		68,56	77,43	86,72	268,34	269,01
		Indicadores mensuráveis (unidades)				
Classe de Ponto de Água	Meta	2013	2014	2015	2016	2017
Terrestre	Man./Benef.	1	0	0	9	2
Misto	Man./Benef.	2	4	4	15	10
	Construção	1	0	0	3	0

Fonte: GTF Oleiros 2012

3.1.2.5 Orçamento e Responsáveis

Quadro 9 – Orçamento e Responsáveis (2013-2017)

		Estimativa de Orçamento (€)				
Descrição da FGC e MPGC	Responsáveis	2013	2014	2015	2016	2017
1 – Edificações integradas em espaço rural	Proprietários	57.300	114.112	96.180	398.740	219.924
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários	29.396	25.340	59.720	260.544	87.200
3 – Parque e polígonos industriais e outros	Município	2.564	0	1.280	10.472	3.888
4 – Rede viária florestal	Ascendi	9.312	0	13.696	31.804	25.072
	Município	0	10.716	0	7.304	0
8 – Rede primária de FGC	ICNBF	27.822	29.568	28.360	165.918	145.258
10 – Linhas elétricas de média tensão	EDP	15.216	14.163	10.464	45.084	26.988
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	GENERG	0	0	14.307	27.840	0
12 – Pontos de água	Município	511	791	1.144,5	4.714,5	3.167,5
13 – Linhas elétricas de alta tensão	EDP	0	774	3.283	864	0
		Estimativa de Orçamento (€)				
Rede Viária Florestal	Responsáveis	2013	2014	2015	2016	2017
1ª Ordem	Município	0	1.063.800	819.041	112.840	1.059.641
	Ascendi	0	0	0	0	0
2ª Ordem	Município	14.285	2.555	8.590	22.185	35.700
	Ascendi	0	0	0	0	0
Complementar	Município	20.568	23.229	26.016	80.502	80.703
		Estimativa de Orçamento (€)				
Classe de Ponto de Água	Responsáveis	2013	2014	2015	2016	2017
Terrestre	Município	1.000	0	0	9.000	2.000
Misto	Município	49.000	8.000	8.000	165.000	20.000

Quadro 10 – Estimativa total de orçamento – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
FGC e MPGC	142.121	195.464	228.434,5	953.284,5	511.497,5
Rede Viária Florestal	34.853	1.089.584	853.647	215.527	1.176.044
Pontos de Água	50.000	8.000	8.000	174.000	22.000
TOTAL	226.974	1.293.048	1.090.081,5	1.342.811,5	1.709.541,5

48

TOTAL 1º Eixo Estratégico – 5.662.456,5 €

3.2 2º Eixo Estratégico – Redução da incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, que tem como objetivo diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo de ignições como ao nível de propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é neste sentido, e sobre os comportamentos relativos ao uso do fogo que a prevenção deverá incidir.

É de extrema importância educar a população em geral, de forma a reconhecer que a floresta é um bem comum a todos, com valor económico, social e ambiental com a responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

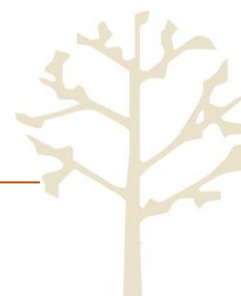
Para definir metas para as ações que consubstanciam este eixo estratégico, deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e causalidade dos incêndios.

Objetivo estratégico:

- Sensibilização e educação das populações;
- Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objetivos operacionais:

- Sensibilização da população;
- Sensibilização e educação escolar;



- Fiscalização.

Ações:

- Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação;
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar;
- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

49

3.2.1 Avaliação

Quadro 11 – Comportamentos de risco

Grupo-alvo	Comportamento de Risco				Probabilidade
	O quê?	Como?	Onde (freguesia/local)	Quando?	
Automobilistas	Fumar	Lançamento de cigarros incandescentes para a via	Concelho de Oleiros – junto à rede viária	Todo o ano	Muito Provável
Campistas/Turistas	Realização de fogueira para confecção de alimentos	Realização de churrasco fora dos locais apropriados	Concelho de Oleiros – áreas florestais	Primavera e Verão	Provável
Proprietário Florestal	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Concelho de Oleiros	Primavera e Verão	Muito Provável
Agricultor	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Concelho de Oleiros	Primavera e Verão	Muito Provável
Apicultor	Realização de fumigação	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Concelho de Oleiros	Primavera e Verão	Muito Provável
Pastor	Realização de queimada	Sem licenciamento da CM e sem a	Concelho de Oleiros	Todo o ano	Pouco Provável

		presença de técnico credenciado			
Caçador	Realização de fogueiras	Realização de fogueiras sem considerar medidas de segurança	Concelho de Oleiros	Época de caça	Pouco Provável
Operador de Máquinas agrícolas/florestais	Utilização de maquinaria e equipamento florestal	Lançamento de faúlhas devido ao equipamento não estar dotado de dispositivo de retenção de faúlhas e dispositivo tapa-chamas	Concelho de Oleiros	Primavera e Verão	Provável
Empresas peri-urbanas	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Concelho de Oleiros – áreas peri-urbanas	Todo o ano	Pouco Provável
Proprietários de habitações em zonas de interface urbano-florestal	Realização de queima de sobrantes	Sem considerar as medidas de segurança necessárias	Concelho de Oleiros – interface urbano-florestal	Todo o ano	Muito Provável
Festeiros	Lançamento de artefactos pirotécnicos	Lançamento de foguetes ou artefactos com recaída incandescente	Concelho de Oleiros – recintos de festa	Primavera e Verão	Provável
População escolar	Brincadeiras de criança	Uso incorrecto do fogo	Concelho de Oleiros	Todo o ano	Pouco Provável
Indiferenciado	Ignição intencional de fogo	Uso de piro-artefactos	Concelho de Oleiros – áreas florestais verdes	Primavera e Verão	Muito Provável

Quadro 12 – Inventariação do n.º de autos de notícia por contraordenação levantados e % de n.º de processos instruídos por tipologia no ano de 2011.

	Gestão de Combustível
N.º Autos Levantados	1
% Processos instruídos	100%

Fonte: Município de Oleiros

3.2.2 Planeamento das ações referentes ao 2º Eixo Estratégico

3.2.2.1 Sensibilização

A sensibilização far-se-á através da realização de uma série de ações e atividades, junto das populações locais, para um período de 5 anos (2013-2017). Estas ações e atividades têm por objetivo alertar as populações para o perigo dos incêndios, bem como a importância do papel da floresta para a comunidade e vida humana. As ações de sensibilização vão incidir fortemente na população mais jovem do concelho, que servirá de elo de ligação à população mais velha, muitos deles trabalhadores rurais, utilizadores do fogo para eliminar os resíduos agrícolas e florestais que anualmente se produzem nas nossas florestas.

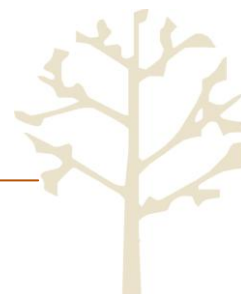
Neste projeto serão envolvidas para além do Município de Oleiros, entidade responsável pela execução do plano, as respetivas Juntas de Freguesia do concelho, todas as instituições pertencentes à rede escolar do concelho, como toda a comunidade envolvente, incluindo os meios de comunicação local, que deverão ter um papel bastante ativo na divulgação destas ações e dos seus objetivos.

O local das ações e atividades de sensibilização que se pretendem realizar, irá ser definido com base no público-alvo a atingir, sendo localizado nos estabelecimentos escolares para a população mais jovem, e nas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal para a restante população.

As ações envolverão toda a comunidade escolar do concelho, o que inclui jardins-de-infância, Escolas do 1º Ciclo e a EB 2,3/S Padre António de Andrade. Será desenvolvida uma série de sessões e atividades, envolvendo os alunos diretamente com a natureza, através de atividades como passeios a áreas de interesse (visitas guiadas, passeios pedestres, entre outros), elaboração de exposições temáticas e itinerantes pelos alunos, sendo expostas em locais estratégicos, trabalhos temáticos, atividades durante alguns dias comemorativos como o Dia Mundial da Floresta (ou Dia da Árvore) e outros relacionados com o Ambiente.

Os objetivos gerais deste plano de sensibilização passam por:

- Sensibilização para a importância da floresta

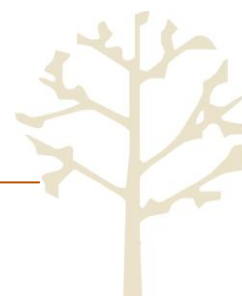


- Desenvolver a capacidade de intervenção
- Fomentar as necessidades de preservação do património (limpeza de áreas florestais)
- Fomentar a educação para a cidadania (o dever do cidadão de informar os bombeiros/proteção civil do concelho).

As ações a desenvolver com a população adulta terão um objetivo mais específico e complexo. Serão ações de sensibilização relacionadas com os perigos do uso indevido do fogo, de alternativas ao uso do fogo, da legislação atualmente em vigor, como ainda divulgação dos tipos de ações que se desenvolvem no âmbito da prevenção e proteção da floresta ao fogo por parte do Município.

Estão, para o efeito, previstas sessões de esclarecimento e de sensibilização em cada Junta de Freguesia do concelho. Além destas sessões, serão elaboradas, ao longo do ano, diversos folhetos e brochuras que serão distribuídos à populações locais, através de correspondência e utilizando as Juntas de Freguesia.

No **Quadro 13**, encontram-se discriminadas as ações, metas e indicadores para o concelho de Oleiros entre 2013 e 2017, no que diz respeito às ações de sensibilização.



Quadro 13 - Sensibilização da população – planeamento de ações, metas e indicadores

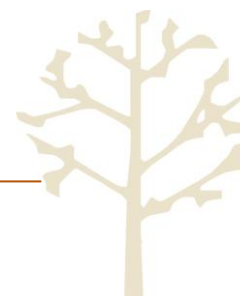
Problema Diagnosticado	Ação	Metas	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	Realização de ações de sensibilização/esclarecimento, nas Sedes de Freguesia do Concelho, incluindo a distribuição de folhetos de divulgação e alerta	3 Juntas de Freguesia com sessões de sensibilização / esclarecimento; 50% da população presente	3 Juntas de Freguesia com sessões de sensibilização / esclarecimento; 50% da população presente	2 Juntas de Freguesia com sessões de sensibilização / esclarecimento; 50% da população presente	2 Juntas de Freguesia com sessões de sensibilização / esclarecimento; 50% da população presente	2 Juntas de Freguesia com sessões de sensibilização / esclarecimento; 50% da população presente
		Colocação de editais na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e jornais regionais	Publicação sempre que necessário	Publicação sempre que necessário	Publicação sempre que necessário	Publicação sempre que necessário	Publicação sempre que necessário
		Divulgação do nível de Risco de Incêndio, no site do Município	Atualização do Risco de Incêndio, 1 vez por dia, durante o período crítico	Atualização do Risco de Incêndio, 1 vez por dia, durante o período crítico	Atualização do Risco de Incêndio, 1 vez por dia, durante o período crítico	Atualização do Risco de Incêndio, 1 vez por dia, durante o período crítico	Atualização do Risco de Incêndio, 1 vez por dia, durante o período crítico

		Colocação de <i>outdoors</i> nos principais troços de rede viária florestal confinantes ou inseridos com as principais zonas florestais do Concelho.	Dinamização da campanha em 2 ou 3 pontos da freguesia, consoante tráfego rodoviário florestal, em 6 freguesias do Concelho.	Dinamização da campanha em 2 ou 3 pontos da freguesia, consoante tráfego rodoviário florestal, em 6 freguesias do Concelho.			
Utilização de maquinaria florestal, durante o período crítico	Sensibilizar as empresas do ramo florestal/empresários a título individual com atividade na área florestal sobre possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria florestal de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Conceção de um guia prático que reúna informação sobre boas práticas florestais e comportamentos de risco, em parceria com associação de produtores florestais.		Elaboração e edição de 1000 exemplares	Distribuição por todas as empresas do ramo florestal e empresários individuais na área florestal, bem como câmara municipal e associação florestal, para distribuição a 70% da população destinatária		

		Realização de ação de formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho Florestal					Divulgação da ação de formação em todas as Juntas de Freguesia; 50% dos interessados inscritos
Implementação de FGC	Divulgação do correto ordenamento (compartimentação do espaço florestal, importância da existência de infraestruturas nos espaços florestais – rede viária, rede divisional e pontos de água; importância da limpeza da floresta – tipos de limpeza e cuidados.	Edição de panfletos informativos, incluindo a legislação que regula a implementação das FGC	Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população de 3 Freguesias	Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população de 3 Freguesias	Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população de 2 Freguesias	Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população de 2 Freguesias	Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população de 2 Freguesias
		Realização de um ciclo de conferências sobre o uso múltiplo da floresta por forma a divulgar alternativas de utilização dos espaços florestais				Divulgação e realização do ciclo de conferências, a realizar na Casa da Cultura de Oleiros; lotação máxima do referido espaço	
	Realização de campanha de sensibilização para que a população	Conceção e edição de panfleto com consequências do fogo no					

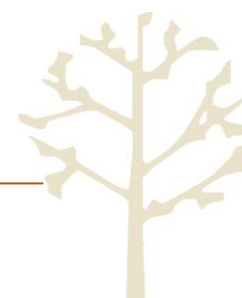
Fogo posto intencionalmente	considerada de risco no que diz respeito a atitudes criminais tome consciência das consequências do fogo para a fauna, flora, solo e para os habitantes locais	meio ambiente e na sociedade, com contactos para alertas de suspeição de comportamentos criminais e consequências legais para os infratores		Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população do Concelho		Distribuição dos panfletos por mailing a toda a população do Concelho	
Autodefesa em caso de incêndio florestal	Implementar medidas que levem as populações a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentada por medidas de autodefesa, e a colaborar nestas ações	Realização de formação, em parceria com os Bombeiros Voluntários, de modo a preparar as populações para que estas adquiram competências para autodefesa e de reconhecimento da perigosidade e comportamento típico dos incêndios florestais	Realização da formação em 3 sedes de freguesias do Concelho; 50% da população residente	Realização da formação em 3 sedes de freguesias do Concelho; 50% da população residente	Realização da formação em 2 sedes de freguesias do Concelho; 50% da população residente	Realização da formação em 2 sedes de freguesias do Concelho; 50% da população residente	Realização da formação em 2 sedes de freguesias do Concelho; 50% da população residente
Educação ambiental e florestal	Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental	Participação da população escolar na comemoração de dias relacionados com a floresta e ambiente. Realização de passeios a áreas de interesse (museus, jardins botânicos, centros de ciência viva e unidades de proteção civil)	Realização de atividades com alunos do ensino pré-escolar e básico. Realização de atividades com alunos da Escola EB 2,3/S do Concelho	Realização de atividades com alunos do ensino pré-escolar e básico. Realização de atividades com alunos da Escola EB 2,3/S do Concelho	Realização de atividades com alunos do ensino pré-escolar e básico. Realização de atividades com alunos da Escola EB 2,3/S do Concelho	Realização de atividades com alunos do ensino pré-escolar e básico. Realização de atividades com alunos da Escola EB 2,3/S do Concelho	Realização de atividades com alunos do ensino pré-escolar e básico. Realização de atividades com alunos da Escola EB 2,3/S do Concelho
		Organização de exposições	Concurso de	Realização de	Concurso de	Realização de	Concurso de

		temáticas e/ou concursos de fotografia ambiental	fotografia ambiental, direcionado a toda a população	exposição temática direcionada a toda a população	fotografia ambiental, direcionado a toda a população	exposição temática direcionada a toda a população	fotografia ambiental, direcionado a toda a população
			Realização de passeio pedestre. Toda a população interessada	Realização de passeio pedestre. Toda a população interessada	Realização de passeio pedestre. Toda a população interessada	Realização de passeio pedestre. Toda a população interessada	Realização de passeio pedestre. Toda a população interessada

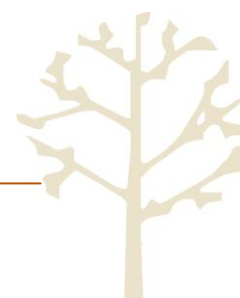


Quadro 14 - Sensibilização da população – estimativa de orçamento e responsáveis

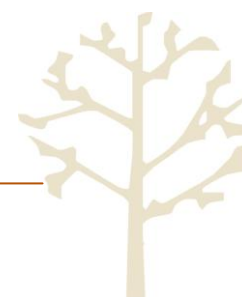
Ação	Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
		Orça- mento	Responsá- veis	Orça- mento	Responsá- veis	Orça- mento	Responsá- veis	Orça- mento	Responsá- veis	Orça- mento	Responsá- veis
Sensibilizar os agricultores/pastores/população rural e população em geral (incluindo campistas/turistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico.	- Realização de ações de sensibilização/esclarecimento, nas Sedes de Freguesia do Concelho, incluindo a distribuição de folhetos de divulgação e alerta	1.050,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de	1.050,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de	1.050,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de	1.050,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de	1.050,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de
	- Colocação de editais na Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e jornais regionais	100,00	Produtores Florestais	100,00	Produtores Florestais	100,00	Produtores Florestais	100,00	Produtores Florestais	100,00	Produtores Florestais
	- Divulgação do nível de Risco de Incêndio, no site do Município	0		0		0		0		0	
	- Colocação de <i>outdoors</i> nos principais troços de rede viária florestal confinantes ou inseridos com as principais zonas florestais do Concelho.	27.000,00		27.000,00							
	Subtotal	28,150,00		28,150,00		1.150,00		1.150,00		1.150,00	



Sensibilizar as empresas do ramo florestal/empresários a título individual com atividade na área florestal sobre possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria florestal de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	- Conção de um guia prático que reúna informação sobre boas práticas florestais e comportamentos de risco, em parceria com associação de produtores florestais. - Realização de ação de formação em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho Florestal		Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.000,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais		Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	5.000,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais
	Subtotal	0		1.000,00		300,00		0		5.000,00	

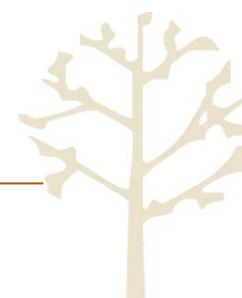


Ação	Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Divulgação do correto ordenamento (compartimentação do espaço florestal, importância da existência de infraestruturas nos espaços florestais – rede viária, rede divisional e pontos de água; importância da limpeza da floresta – tipos de limpeza e cuidados.	- Edição de panfletos informativos, incluindo a legislação que regula a implementação das FGC - Realização de um ciclo de conferências sobre o uso múltiplo da floresta por forma a divulgar alternativas de utilização dos espaços florestais	1.500,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.500,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.000,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.000,00 1.250,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.000,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais
	Subtotal	1.500,00		1.500,00		1.000,00		2.250,00		1.000,00	



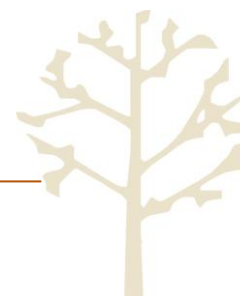
Realização de campanha de sensibilização para que a população considerada de risco no que diz respeito a atitudes criminais tome consciência das consequências do fogo para a fauna, flora, solo e para os habitantes locais	- Conceção e edição de panfleto com consequências do fogo no meio ambiente e na sociedade, com contactos para alertas de suspeição de comportamentos criminais e consequências legais para os infratores		Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.200,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais		Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais	1.200,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais		Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais
	Subtotal	0		1.200,00		0		1.200,00		0	

Ação	Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Implementar medidas que levem as populações a aderir a projetos comuns de proteção coletiva, sustentada por medidas de autodefesa, e a colaborar nestas ações	- Realização de formação, em parceria com os Bombeiros Voluntários, de modo a preparar as populações para que estas adquiram competências para autodefesa e de reconhecimento da perigosidade e comportamento típico dos incêndios florestais	750,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários	750,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários	500,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários	500,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários	500,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários
	Subtotal	750,00		750,00		500,00		500,00		500,00	



Promover as práticas no domínio da educação florestal e ambiental	- Participação da população escolar na comemoração de dias relacionados com a floresta e ambiente.	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais, Agrupamento de Escolas do Concelho	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais, Agrupamento de Escolas do Concelho	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais, Agrupamento de Escolas do Concelho	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais, Agrupamento de Escolas do Concelho	300,00	Município de Oleiros, GTF, Juntas de Freguesia, Associações de Produtores Florestais, Agrupamento de Escolas do Concelho
	- Realização de passeios a áreas de interesse (museus, jardins botânicos, centros de ciência viva e unidades de proteção civil	500,00		500,00		500,00		500,00		500,00	
	- Organização de exposições temáticas e/ou concursos de fotografia ambiental	1.900,00		350,00		1.900,00		350,00		1.900,00	
	- Realização de atividades desportivas aliadas à sensibilização da população em geral para as	4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00		4.500,00	

	boas práticas ambientais e conservação das áreas florestais										
	Subtotal	7.200,00		5.650,00		7.200,00		5.650,00		7.200,00	
	TOTAL	37.600,00		38.250,00		10.150,00		10.750,00		14.850,00	111.600,00



3.2.2.2 Fiscalização

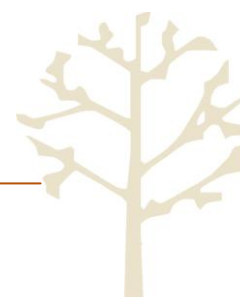
Neste ponto não se elaborou o mapa sugerido porque, como se pode constatar na avaliação efetuada, verifica-se que não existe nenhum comportamento de risco que se destaque, nem nenhuma área específica, pelo que a dissuasão e fiscalização deverá ser efetuada de forma idêntica em todo o concelho.

Quadro 15 - Fiscalização – planeamento de ações, metas e indicadores

Ação	Metas	Indicadores				
		2013	2014	2015	2016	2017
Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações) e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao final do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas e notificados os despectivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho
Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização	Enquadramento destas ações nas CMDFCI e definição de estratégias de atuação ao nível municipal	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho	Todas as freguesias do concelho

Quadro 16 - Fiscalização – Estimativa de orçamento e responsáveis

Ação	Metas	2013		2014		2015		2016		2017	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Fiscalizar a criação de faixas exteriores de proteção (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações) e acumulações ilegais de detritos	Todos os anos, até ao final do 1º semestre, todas as situações de maior risco são identificadas e notificados os respetivos responsáveis para que executem o estabelecido na legislação	15.000	GNR e Câmara Municipal	15.000	GNR e Câmara Municipal	15.000	GNR e Câmara Municipal	15.000	GNR e Câmara Municipal	15.000	GNR e Câmara Municipal
	Subtotal	15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00		15.000,00	



Coordenação das ações de vigilância, deteção e fiscalização	Enquadramento destas ações nas CMDFCI e definição de estratégias de atuação ao nível municipal – Formação (Legislação normativa PMDFCI)	150,00	Câmara Municipal	150,00	Câmara Municipal	150,00	Câmara Municipal	150,00	Câmara Municipal	150,00	Câmara Municipal
	Subtotal	150,00		150,00		150,00		150,00		150,00	
	TOTAL	15.150,00		15.150,00		15.150,00		15.150,00		15.150,00	75.750,00

3.3 3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Este eixo assenta no conceito de que em qualquer situação de perigo, deve ser dedicada a maior atenção ao combate aos incêndios nascentes, porque só assim se evitarão grandes incêndios.

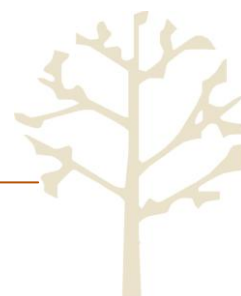
Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e causalidade dos incêndios e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Objetivo estratégico:

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção;
- Adequação da capacidade de 1ª intervenção;
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Objetivos operacionais:

- Estruturação e gestão da vigilância e da deteção como um sistema integrado
- Estruturação do nível municipal de 1ª intervenção;
- Garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio;
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.



Ações:

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes;
- Definição de setores territoriais DFCL e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção;
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.

69

3.3.1 Avaliação

3.3.1.1 Vigilância e Deteção

No **Mapa 14** em anexo encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's que funcionam em toda a fase Charlie e dependendo das condições climáticas em parte da fase Bravo e Delta, foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.

No **Quadro 17** podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Oleiros, para os anos de 2010 e 2011. Verificamos que a fase Charlie justifica atenção redobrada porque sem dúvida alguma o maior número de ignições ocorre na época mais seca e quente do ano.

Quadro 17 – Índice entre o número de incêndios e equipas de vigilância e deteção (2010 e 2011).

			2010		2011	
			N.º equipas	N.º incêndios	N.º equipas	N.º incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan.-14 Mai.	0	0	0	2
	Bravo	15 Mai.-14 Jun.	1	1	1	1
		15 Jun.-30 Jun.	16	0	16	0
	Charlie	1 Jul.-30 Set.	16	7	16	8
	Delta	1 Out.-15 Out.	13	0	13	3
		16 Out.- 30 Out.	1	1	1	0
	Echo	1 Nov.- 31 Dez.	0	0	0	0

Fonte: ICNBF e GTF Oleiros (2012)

3.3.1.2 Primeira Intervenção

No **Mapa 15** em anexo representa-se o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações, na fase Charlie.

No **Quadro 18**, podemos verificar a relação de incêndios florestais, o número de equipas e o número de elementos de 1.ª intervenção no concelho de Oleiros, para os anos de 2010 e 2011.

70

Quadro 18 – Índice entre o número de incêndios, número de equipas e número de elementos de 1ª intervenção (2010 e 2011).

			2010			2011		
			N.º equipas	N.º elementos	N.º incêndios	N.º equipas	N.º elementos	N.º incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan.-14 Mai.	2	10	0	2	10	2
	Bravo	15 Mai.-14 Jun.	3	15	1	3	15	1
		15 Jun.-30 Jun.	15	39	0	15	39	0
	Charlie	1 Jul.-30 Set.	18	48	7	18	48	8
	Delta	1 Out.-15 Out.	15	39	0	15	39	3
		16 Out.- 30 Out.	3	15	1	3	15	0
	Echo	1 Nov.- 31 Dez.	2	10	0	2	10	0

Fonte: ICNBF e GTF Oleiros (2012)

O **gráfico 1** apresenta o valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases. Como podemos observar, na fase estival esse valor é sempre inferior a 20 minutos.

Gráfico 1 – Valor médio, por freguesia, do tempo de chegada para a 1ª intervenção nas diferentes fases de perigo.



3.3.1.3 Rescaldo e vigilância pós-incêndio

Quadro 19 – Número de reacendimentos (2001-2011) no concelho de Oleiros.

Ano	N.º reacendimentos
2001	0
2002	0
2003	1
2004	0
2005	0
2006	0
2007	0
2008	0
2009	0
2010	0
2011	1

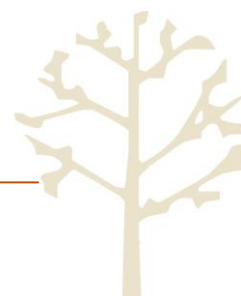
Entre 2001 e 2011 apenas se registaram 2 reacendimentos, nomeadamente em 2003 e 2011. Apesar de este número ser reduzido, o ideal é a sua abolição, pelo que os objetivos deste plano passam por essa intenção, tendo especial atenção na fase de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

71

3.3.2 Planeamento das ações referentes ao 3º Eixo Estratégico

3.3.2.1 Metas e indicadores

Quadro 20 – Metas e indicadores das ações de vigilância, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.



Ação	Metas	Responsáveis	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Vigilância e Detecção	Assumir a responsabilidade pela coordenação das ações de prevenção relativa à vertente da vigilância, deteção e fiscalização	CMDFCI	Assegurar vigilância em 100% dos pontos estratégicos definidos para o efeito	Assegurar vigilância em 100% dos pontos estratégicos definidos para o efeito	Assegurar vigilância em 100% dos pontos estratégicos definidos para o efeito	Assegurar vigilância em 100% dos pontos estratégicos definidos para o efeito	Assegurar vigilância em 100% dos pontos estratégicos definidos para o efeito
	Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de Vigilância	CMDFCI	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância	Alerta nos 1ºs minutos em 20% dos alertas da área de vigilância
Primeira Intervenção	Formação nas Juntas de Freguesia para a 1ª intervenção	CMDFCI	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências dentro de cada setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências dentro de cada setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências dentro de cada setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências dentro de cada setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências dentro de cada setor
	Assegurar 2 elementos para constituição de cada equipa de 1ª Intervenção	Juntas de Freguesia e Câmara Municipal	Intervenção nos 1ºs 20 min em 90% das ocorrências no seu setor durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 min em 90% das ocorrências no seu setor durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 min em 95% das ocorrências no seu setor durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 min em 95% das ocorrências no seu setor durante o período de trabalho.	Intervenção nos 1ºs 20 min em 95% das ocorrências no seu setor durante o período de trabalho.
Combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	Bombeiros	Área ardida <10 ha	Área ardida <10 ha	Área ardida <10 ha	Área ardida <10 ha	Área ardida <10 ha
	Levantamento dos meios complementares de apoio ao combate e promoção de políticas de cooperação	CMDFCI	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no setor	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no setor
	Levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalização da sua	CMDFCI	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no	Intervenção nos 1ºs 20 minutos em 90% das ocorrências no

	integração no dispositivo logístico nacional.		setor	setor	setor	setor	setor
	Empregar equipas de Sapadores Florestais, Equipa do Município e Juntas de Freguesia	CMDFCI	Diminuição do nº de reacendimentos em 50%	Diminuição do nº de reacendimentos em 50%	Diminuição do nº de reacendimentos em 50%	Diminuição do nº de reacendimentos em 50%	Diminuição do nº de reacendimentos em 50%

3.3.2.2 Orçamento e responsáveis

Quadro 21 – Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – orçamento e responsáveis das ações propostas

Ação	Metas	2013	2014	2015	2016	2017
		Orçamento (€)	Orçamento (€)	Orçamento (€)	Orçamento (€)	Orçamento (€)
Vigilância e deteção Primeira Intervenção Combate, rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	Coordenação feita pelo GTF, articulada com as restantes entidades	11.200,00	11.536,00	11.882,08	12.238,54	12.605,70
	Empregar e equipar a equipa do Município	10.400,00	10.712,00	11.033,36	11.364,36	11.705,29
	Empregar e equipar as equipas das Juntas de Freguesia	61.200,00	63.036,00	64.927,08	66.874,89	68.881,14
	TOTAL	82.800,00	85.284,00	87.842,46	90.477,79	93.192,13

3.4 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar ecossistemas

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. Esta reabilitação do território requer dois níveis de atuação: de emergência, para evitar a degradação de recursos e infraestruturas (consolidação de encostas, estabilização de linhas de água, recuperação de caminhos, entre outras ações) imediatamente após a ocorrência do incêndio, de médio prazo, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com os princípios DFCl, aproveitando a janela de oportunidade que os incêndios apesar de tudo criam para alterações estruturais no território e no sector florestal.

74

Objetivo estratégico:

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Objetivos operacionais:

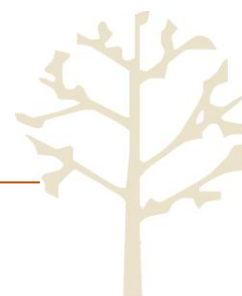
- Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

Ações:

- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e *habitats* mais sensíveis.

Ao longo do período de vigência deste Plano, proceder-se-á a ações que atendem a:

- conservação do solo e da água;
- conservação de espécies e habitats;
- recolha de arvoredos danificados que represente um risco para a segurança de pessoas e bens;
- proteção da regeneração da vegetação e controlo de espécies invasoras;



- proteção dos patrimónios edificado e arqueológico.

3.4.1 Avaliação

3.4.1.1 Estabilização de emergência

Por altura da elaboração deste Plano, não existe um levantamento exaustivo das áreas com necessidade de estabilização de emergência. No entanto, podem prever-se alguns trabalhos neste sentido ao longo da Ribeira de Oleiros.

75

3.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais

Neste parâmetro não existe também, ainda, um levantamento exaustivo das áreas a intervir. No entanto, e tendo em conta a necessidade de intervenção que poderá advir da ocorrência de novos incêndios, podemos já aqui prever algumas ações tais como recolha de arvoredos danificados, proteção fitossanitária de povoamentos florestais e controle de espécies invasoras.

3.4.2 Planeamento das ações referentes ao 4º Eixo estratégico

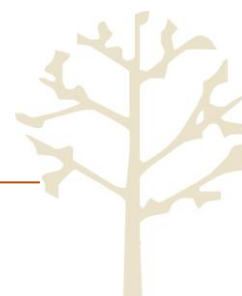
Prevê-se para, o período de duração deste Plano, a elaboração de um guia de procedimentos a adotar para a efetivação da estabilização de emergência, das áreas percorridas por incêndios, bem como para a reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais.

3.5 5º Eixo Estratégico – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de Comando Operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito com reflexo a nível nacional.

Objetivo estratégico:

- Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.



Objetivos operacionais:

- Fomento das operações de DFCl e garantia do apoio técnico e logístico.

Ações:

- Identificação das entidades intervenientes no SDFCl, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações;
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCl;
- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCl, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;
- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCl/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos;
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de abril;
- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

76

3.5.1 Avaliação

3.5.1.1 Formação

No **Quadro 22**, encontramos a identificação das necessidades de formação e do número de elementos de cada entidade.

Quadro 22 – Necessidades de formação

Tipo de Formação	Entidade a formar	n.º de elementos
Coordenação	Câmara Municipal	2
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Câmara Municipal	4
	Juntas de Freguesia	24
	Sapadores Florestais	5
	GNR (postos de vigia)	Sem dados
	Bombeiros	+/-120
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Câmara Municipal	Referidos nos itens anteriores
	Juntas de Freguesia	
	Sapadores Florestais	
	Bombeiros	

3.5.2 Planeamento da ações referentes ao 5º Eixo Estratégico

3.5.2.1 Organização do SDFCI

No **Quadro 23** encontram-se as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI e identificam-se as competências na implementação das diferentes ações por eixos estratégicos.

Quadro 23 – Entidades responsáveis pelas ações

77

Eixos Estratégicos	Entidades com competências de coordenação e implementação das ações										
	Prop.	EDP	GNR	EP	Município	ICNBF	Generg	APF	BVO	JF	PJ
1º Eixo Estratégico	X	X	X	X	X	X	X				
2º Eixo Estratégico					X	X		X	X	X	X
3º Eixo Estratégico			X		X	X		X	X	X	X
4º Eixo Estratégico	X				X	X		X			
5º Eixo Estratégico			X		X	X		X	X	X	

Legenda: **Prop.**- Proprietários, **EDP** - Eletricidade de Portugal, **GNR** – Guarda Nacional Republicana, **ICNBF** – Instituto de Conservação das Florestas e da Natureza, **APF** – Associações de Produtores Florestais, **BVO** – Bombeiros Voluntários de Oleiros, **JF** – Juntas de Freguesia, **PJ** – Polícia Judiciária.

No **Quadro 24**, estabelece-se o programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFC.

Quadro 24 – Programa de formação e estimativa de orçamento

			Orçamento (€)				
Tipo de formação	Entidade a formar	N.º Elementos	2013	2014	2015	2016	2017
Coordenação	Câmara Municipal	2	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Vigilância Deteção 1ª Intervenção	Câmara Municipal	4	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
	Juntas de Freguesia	24	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00
	Sapadores Florestais	5	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros	+/- 120	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo Vigilância Pós- Incêndio	Câmara Municipal	Referidos nos itens anteriores	*	*	*	*	*
	Juntas de Freguesia		*	*	*	*	*
	Sapadores Florestais		*	*	*	*	*
	GNR (postos de vigia)		Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Bombeiros		Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
		TOTAL	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00

* Englobado no valor da vigilância, deteção e 1ª intervenção.

Quadro 25 – Cronograma das reuniões anuais da CMDFCI

1 a 15 de abril	Aprovação do POM e alteração do PMDFCI sempre que se justifique
Novembro	Avaliação da época estival
Sempre que se justifique, a CMDFCI reunirá fora destas datas.	

79

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios tem um prazo de vigência de cinco anos (2013-2017). É um documento dinâmico, que como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na 1.ª quinzena de abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios procede à aprovação do plano operacional municipal. Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

4. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

Quadro 26 – Estimativa de orçamento total

Eixos Estratégicos	Orçamento (€)					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total Eixo
1º Eixo Estratégico	226.974	1.293.048	1.090.081,5	1.342.811,5	1.709.541,5	5.662.456,5
2º Eixo Estratégico	52.750	53.400	25.300	25.900	30.000	187.350
3º Eixo Estratégico	82.800	85.284	87.842,46	90.477,79	93.192,13	439.596,38
4º Eixo Estratégico	0	0	0	0	0	0
5º Eixo Estratégico	4.300	4.300	4.300	4.300	4.300	21.500
Total/ano	366.824	1.436.032	1.207.523,96	1.463.489,29	1.837.033,63	
TOTAL PMDFCI						6.310.902,88

Mapas

